



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade

Gabriela Walendzus

A escolha da família pela escola de educação infantil:  
desigualdades, expectativas e realidades

São Paulo  
2026



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade

Gabriela Walendzus

A escolha da família pela escola de educação infantil:  
desigualdades, expectativas e realidades

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade (Área de concentração: Ciências Sociais), sob a orientação da Profa. Dra. Maria Cristina Dancham Simões

São Paulo

2026

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -  
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Walenzus, Gabriela  
A escolha da família pela escola de educação infantil:  
desigualdades, expectativas e realidades. / Gabriela  
Walenzus. -- São Paulo: [s.n.], 2026.  
77p. ; cm.

Orientador: Maria Cristina Dancham Simões.  
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de  
São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação:  
História, Política, Sociedade.

1. Educação. 2. Educação Infantil. 3. Família. I. Simões,  
Maria Cristina Dancham. II. Pontifícia Universidade Católica  
de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação:  
História, Política, Sociedade. III. Título.

CDD

Banca Examinadora

---

---

---

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – nº do processo 88887.967600/2024-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – nº do processo 88887.967600/2024-00.

“Prepare o seu coração  
pras coisas que eu vou contar.  
(...)  
Porque gado a gente marca,  
tange, ferra, engorda e mata,  
mas com gente é diferente.”

Geraldo Vandré, Disparada

(Em homenagem ao meu pai, Alberto)

## **AGRADECIMENTOS**

Este mestrado é dedicado às pessoas que fizeram parte da minha trajetória e que, de diferentes formas, tornaram este percurso possível. Trata-se de uma construção coletiva, atravessada por relações familiares, educacionais, profissionais e culturais que sustentaram minhas escolhas ao longo do tempo.

Inicio estas palavras pelas minhas avós, Maria José e Edelcia, referências fundamentais de cuidado, presença e valores. Cada uma, à sua maneira, ensinou modos de estar no mundo que educam sem precisar ser nomeadas como educação. Nesse mesmo núcleo, registro o meu profundo e carinhoso reconhecimento à minha mãe, Vera, pelo exemplo cotidiano de responsabilidade, resiliência e amor.

Faço referência, igualmente, aos homens que ocuparam lugares importantes nessa trajetória. De modo especial, ao meu pai, Alberto, e aos meus irmãos, Leonardo e Fernando, por representarem, cada um à sua maneira, presença, apoio e pelo chão firme oferecido quando foi preciso. Aos meus avôs, José e Hebert, deixo também meu reconhecimento, pela memória, pelos ensinamentos e pelas marcas que permanecem e seguem me acompanhando.

Merecem destaque minhas tias-avós, algumas das quais dedicaram suas vidas à educação em um período em que ensinar também era um ato de resistência. Às minhas tias o reconhecimento pelos exemplos constantes, ligados ao cuidado com o outro e à educação formal e informal. Incluo, nesse conjunto, minha madrinha, Tatiana, pelo apoio contínuo à minha trajetória acadêmica e pessoal.

No campo da formação escolar, faço menção especial às professoras que marcaram minha educação básica — Patrícia, Marilza, Lena, Adriana e Angela —, que contribuíram para a construção dos sentidos que hoje atribuo à escola, ao aprender e ao ensinar. Reconheço, ainda, a importância da escola em que estudei, escolhida pela minha família dentre as possibilidades, e fundamental para minha formação acadêmica, profissional e social.

Às professoras Ana Paula e Renata, integrantes da banca examinadora, registro meu reconhecimento pelas leituras atentas e contribuições rigorosas. Estendo essa menção às

professoras da graduação e da pós-graduação, bem como às orientadoras, coordenadoras e colegas que cruzaram minha trajetória enquanto estudante e professora.

À minha orientadora, Maria Cristina, deixo registrado o reconhecimento pela escuta, pela firmeza e pela confiança ao longo do percurso.

Reconheço, ainda, a importância da minha psicoterapeuta, Patrícia Prado, cuja escuta sensível e acolhedora foi fundamental em diferentes momentos deste percurso. e da Claudinha, companheira de jornada espiritual e educacional, pela presença e pelo acolhimento em diferentes momentos desse processo.

Este trabalho também se construiu a partir da convivência com as crianças que passaram pelo meu caminho e com suas famílias, cuja parceria foi fundamental para a elaboração das reflexões aqui apresentadas.

Além disso, registro o reconhecimento às amigas que caminharam comigo ao longo desse percurso, sustentando, muitas vezes, o que não cabia apenas nas palavras ou no texto acadêmico. Foram presença, escuta, riso e apoio nos momentos de cansaço, dúvida e celebração, tornando este processo menos solitário e mais humano.

A música popular brasileira ocupa lugar central nessa história. Foi por meio das canções que aprendi a escutar o país, suas contradições e suas possibilidades, e a sustentar a crença em uma sociedade mais justa. Nesse sentido, registro a importância de artistas como Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil e Milton Nascimento, entre tantos outros.

Por fim, deixo expressa minha fé. É a Deus e à minha Mãe Santíssima, Maria, que consagro esta caminhada, na devoção a Nossa Senhora de Fátima. Que seu exemplo de escuta, coragem e entrega siga iluminando meus caminhos na educação, na pesquisa e na vida.

## RESUMO

WALENDZUS, G. **A escolha da família pela escola de educação infantil: desigualdades, expectativas e realidades.** Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2026.

Esta dissertação tem como objetivo analisar os fatores que influenciam a escolha da escola de Educação Infantil pelas famílias, tanto no contexto público quanto privado, no Brasil. A investigação busca compreender em que medida aspectos estruturais, históricos, sociais e políticos se associam a essas escolhas e revelam as expectativas das famílias diante da instituição escolar. O estudo, de caráter *ex post facto*, foi conduzido por meio da análise comparativa de cinco produções acadêmicas disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), selecionadas a partir de critérios sistemáticos de busca e categorização. O levantamento evidenciou, ainda, a reduzida quantidade de estudos voltados diretamente ao tema, aspecto que constitui um achado relevante da pesquisa. A relevância do estudo está associada ao papel da Educação Infantil na construção das primeiras experiências escolares das crianças e ao impacto dessa etapa nas trajetórias educacional e nas expectativas familiares. Como resultado, observam-se recorrências e tensões entre contextos institucionais, períodos legais e critérios de escolha, que evidenciam tensões entre expectativas e realidades, bem como o papel das políticas públicas na garantia de uma educação equitativa desde os primeiros anos. A pesquisa contribui para o debate sobre políticas públicas e relações entre família e escola, ampliando a reflexão sobre as desigualdades que atravessam as experiências educacionais na infância. Conclui-se que a escolha escolar se configura menos como decisão individual e mais como prática social situada, marcada por desigualdades estruturais e pela segmentação entre os setores público e privado. Nesse sentido, a Educação Infantil emerge como campo estratégico para a efetivação do direito à infância e para a construção de políticas educacionais comprometidas com equidade, reconhecimento e justiça social, bem como com práticas institucionais que assegurem sua materialização nas experiências das crianças e das famílias.

**Palavras-chave:** Educação Infantil, Família, Escolha Escolar, Desigualdade Educacional, Políticas Públicas, Revisão de Literatura

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the factors that influence families' choice of Early Childhood Education institutions in Brazil, considering both public and private contexts. The study seeks to understand how structural, historical, social, and political aspects are intertwined with these choices, revealing families' expectations regarding the school institution. Characterized as an *ex post facto* study, the research was conducted through a comparative analysis of five academic works available in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), selected based on systematic search and categorization criteria. The review also highlighted the limited number of studies directly addressing this topic, which constitutes a significant finding of the research. The relevance of this study lies in the role of Early Childhood Education in shaping children's first school experiences and its impact on educational trajectories and family expectations. The results reveal recurring patterns and tensions across institutional contexts, legal frameworks, and selection criteria, exposing discrepancies between expectations and realities, as well as the role of public policies in ensuring equitable education from the early years. This research contributes to the debate on public policies and family-school relationships, expanding reflections on the inequalities that permeate educational experiences in childhood. It is concluded that school choice is less an individual decision and more a socially situated practice, marked by structural inequalities and segmentation between public and private sectors. In this sense, Early Childhood Education emerges as a strategic field for the realization of children's rights and for the development of educational policies committed to equity, recognition, and social justice, as well as to institutional practices that ensure their materialization in the experiences of children and families.

**Keywords:** Early Childhood Education; Family; School Choice; Educational Inequality; Public Policies; Literature Review.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	11
2	INFÂNCIA, EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLHAS FAMILIARES .....	20
2.1	A Infância como construção histórica, política e social .....	20
2.2	Educação Infantil no Brasil: políticas públicas, crítica estrutural e segmentação ..	25
2.3	Família e escolha escolar: atravessamentos sociais e simbólicos.....	31
3	CAMINHOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DAS PRODUÇÕES .....	35
3.1	Estratégia metodológica e apresentação dos dados.....	36
4	ESCOLHA ESCOLAR COMO PRÁTICA SOCIAL: ENTRE DISTINÇÃO E DIREITO ....	43
4.1	Escolha escolar em contextos privados: estratégias de pertencimento e reprodução .....	45
4.2	Direito à educação e políticas públicas: entre conquistas e contradições .....	50
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	56
	REFERÊNCIAS.....	60
	APÊNDICES .....	64

## 1 INTRODUÇÃO

Talvez seja mais fácil compreender este percurso reconhecendo que toda escrita acadêmica é atravessada por escolhas, tensionamentos e tentativas. Ao longo da trajetória no Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP, esse movimento reflexivo evidenciou a importância de situar a vida do pesquisador em diálogo com o objeto de estudo, compreendendo que a produção não se realiza de forma dissociada das experiências vividas.

Essa compreensão ganhou densidade, principalmente, nas aulas da Profa. Dra. Ana Paula Ferreira Silva, quando, a cada encontro, ao apresentar os relatórios de leitura, ela propunha olhar os autores para além de suas obras, considerando suas trajetórias, contextos e histórias de vida. O convite era olhar para as trajetórias não apenas de quem se lê, mas também de quem pesquisa. Foi nesse movimento que este trabalho começou a se delinear.

É, no mínimo, curioso pensar que muitas vezes as histórias contextualizadas das pessoas que se tornam referência em tantas outras vidas são ignoradas. Afinal, de qual história se está falando? Essa provocação foi se mostrando cada vez mais essencial no decorrer dos encontros com a Profa. Dra. Katya Mitsuko Zuquim Braghini, ao apontar que o pesquisador e o historiador têm o dever de contextualizar as narrativas que chegam.

Enquanto a Profa. Dra. Leda Maria de Oliveira Rodrigues relatou experiências vividas ao longo da ditadura e dos anos seguintes (inclusive os atuais), foi possível compreender o que, de fato, se esconde e se revela por trás do sistema escolar e de suas permanências. Já as discussões, conversas e partilhas nas tardes com a Profa. Dra. Maria Cristina Dancham Simões, também orientadora deste trabalho, foram essenciais para que o processo ao longo desse mestrado se tornasse mais leve, humano e carregado de sentido.

A escuta dessas trajetórias, ao mesmo tempo críticas e pessoais, evidenciou que a produção acadêmica está sempre entrelaçada à vida. Definir um objeto de estudo nesta dissertação, nesse sentido, significa articular as dimensões históricas e sociais da educação com os vínculos humanos que sustentam o percurso investigativo. Nesse movimento, cada uma dessas mulheres, doutoras e professoras,

tornou-se essencial para contextualizar não apenas a construção deste trabalho, mas também a própria trajetória formativa de quem o escreve.

Do mesmo modo, é impossível não reconhecer a força das mulheres da família desta pesquisadora. Em uma família marcada pela presença de mulheres fortes, muitas delas educadoras, consolidou-se desde cedo a ideia de que ensinar é também um ato de resistência, de cuidado e de amor. As histórias de sua mãe, avó e tias, que dedicaram suas vidas à formação de outras pessoas, atravessam este trabalho de maneira silenciosa, mas constante. Nesse entrelaçamento entre herança familiar e formação acadêmica encontram-se as raízes que sustentam esta pesquisa.

Foi nesse movimento de aprender a historicizar os autores, as ideias e a própria vida, que surgiu também a necessidade de voltar o olhar para a própria trajetória. Toda pesquisa carrega em si marcas de percursos pessoais, inquietações e encontros que a constituem, tornando-se inseparável da história de quem a realiza.

Após concluir o Ensino Médio e participar de um intercâmbio para o aprendizado da língua inglesa, experiência que, mais do que aprimorar o idioma, proporcionou contato com pessoas de diferentes nacionalidades, esta pesquisadora ingressou em uma faculdade de Comunicação Social. No entanto, após um ano e meio nesse curso, percebeu que seu interesse profissional estava na Educação. Em 2013, iniciou o curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP). Foi nesse contexto acadêmico que se deparou com questões muito distintas da realidade que havia vivenciado na Educação Básica. Durante sua trajetória escolar, havia estudado em uma instituição de abordagem construtivista e, por viver em um ambiente restrito, desconhecia outras perspectivas educacionais. Termos como apostilas, livros didáticos, escolas tradicionais e confessionais se apresentavam como novidades em seu repertório.

O processo de ampliar a visão sobre o mundo educacional mostrou-se desconfortável, mas também necessário. Naquele período da graduação, a pesquisadora estabeleceu como meta conhecer diferentes contextos escolares, a fim de entender em que realmente acreditava. Afinal, existiria um único caminho possível?

Essa busca por referências diversas ampliou os questionamentos e, ao concluir sua graduação, muitos questionamentos sobre os processos educativos

permaneceram. Algumas das experiências vividas, embora desafiadoras, despertaram a necessidade de reflexão sobre os caminhos de aprendizagem, especialmente quando se iniciou a atuação na Educação Básica. Ao longo dos cinco anos da licenciatura, houve atuação em três instituições da rede privada do município de São Paulo. A experiência docente iniciou-se nos primeiros anos do Ensino Fundamental, primeiro em uma escola confessional e, posteriormente, em um projeto filantrópico. No penúltimo ano universitário, veio o convite de uma escola com sistema apostilado para atuar como professora bilíngue na Educação Infantil.

Em 2018, após a conclusão da graduação em Pedagogia, iniciou-se a atuação como professora polivalente na Educação Infantil. Esse novo momento exigia a consolidação da formação, mas, em um primeiro instante, tudo parecia desconexo. Diante dos desafios cotidianos da escola, buscou aprofundar-se e qualificar-se para superá-los da melhor maneira possível. Contudo, quanto mais se aprofundaram os estudos, menos sentido encontravam as práticas observadas no dia a dia escolar.

Mesmo diante dessas contradições, permaneceu na mesma instituição nos seis anos seguintes, transitando apenas entre turmas dentro da Educação Infantil. Durante esse período, seguiu aprofundando-se em temas que pudessem complementar sua prática docente. Participou de diversas especializações e cursos de pós-graduação lato sensu, incluindo: Docência em Educação Infantil; Alfabetização e Letramento; Psicopedagogia Institucional e Clínica; Orientação Educacional na Prática; Neuropsicopedagogia e Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem; além de cursos livres e intercâmbios pedagógicos. Quanto mais investigava, mais inquietações surgiam.

Esse movimento de aprofundamento teórico coincidiu, em 2024, com uma mudança profissional importante: o ingresso no mestrado, o retorno às séries iniciais do Ensino Fundamental e a inserção em uma escola confessional que vivencia um processo de transição em suas práticas pedagógicas, movimento que tem se mostrado fonte constante de motivação. As inquietações permanecem presentes, mas uma certeza começou a se formar em relação à trajetória educacional: talvez um caminho certo e único não exista, mas sim percursos com obstáculos, desvios e retornos, que precisam ser trilhados com criticidade e abertura ao inesperado.

A importância da investigação e o incentivo para seguir esse caminho foram se consolidando em diferentes momentos da trajetória. Ao inscrever-se no processo seletivo do Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade, entendeu que era necessário ampliar os estudos para além do cotidiano escolar, considerando também aspectos sociais, históricos e políticos que atravessam a educação. Nesse momento, tornou-se necessária a definição do tema desta dissertação, que dialoga com essas inquietações. Inicialmente, o interesse era mobilizado pelas experiências e relações construídas entre família e escola. No entanto, ao longo da investigação, evidenciou-se que as problemáticas antecedem esse encontro, localizando-se no processo de escolha da instituição escolar pelas famílias, momento no qual já se manifestam as expectativas familiares, mas também as desigualdades e segmentações sociais.

Embora se reconheça a importância das análises de natureza macrossocial, esta dissertação parte do pressuposto de que as singularidades dos sujeitos envolvidos não podem ser ignoradas. Entre os principais autores que contribuem para a fundamentação deste trabalho, destacam-se Sônia Kramer, Bernard Lahire, Philippe Perrenoud, Maria Alice Nogueira e Maria Helena Souza Patto, cujas produções abordam a construção social da infância, a escolarização como prática social, as desigualdades estruturais, a relação entre capital cultural e trajetórias escolares, além das tensões entre família, escola e Estado.

O contato com a orientadora de pesquisa iniciou-se no primeiro semestre do mestrado, ainda que sua definição oficial tenha ocorrido posteriormente. As discussões em suas aulas, centradas em autores como Pierre Bourdieu e Maria Alice Nogueira, aprofundaram ainda mais questionamentos já existentes. No segundo semestre, com a definição da orientação, os encontros passaram a se concentrar de maneira mais direta na delimitação da dissertação. O momento da escola de Educação Infantil é crucial para as famílias, pois nela se iniciam as primeiras experiências institucionais das crianças. A decisão é frequentemente associada ao sucesso escolar e ao futuro acadêmico. No entanto, os critérios que orientam essa escolha variam conforme fatores sociais, econômicos, culturais e históricos. Diante disso, surge a necessidade de compreender como essas escolhas são feitas e quais elementos são priorizados pelas famílias ao selecionar uma escola.

A justificativa para esta dissertação reside na necessidade de compreender, a partir de produções acadêmicas, como as famílias se posicionam diante das opções educacionais disponíveis e quais elementos são mais influentes em suas decisões. Além disso, o estudo contribui para o debate sobre políticas educacionais voltadas à equidade desde os primeiros anos escolares, assim como para a construção de estratégias institucionais que favoreçam condições mais justas de acesso à Educação Infantil. Delineia-se sua relevância científica e social por buscar compreender as dinâmicas que moldam o processo de escolha da instituição escolar pelas famílias na Educação Infantil e as possibilidades concretas que envolvem essa seleção.

Diante disso, esta dissertação tem como objetivo analisar, a partir de estudos acadêmicos disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), os fatores que influenciam a escolha da escola de Educação Infantil pelas famílias no Brasil, considerando as desigualdades sociais, os contextos público e privado, as expectativas familiares e as realidades institucionais evidenciadas nas pesquisas. De modo mais específico, busca-se:

- Mapear as temáticas predominantes nas produções acadêmicas que abordam a escolha da escola de Educação Infantil pelas famílias, considerando os contextos público e privado.
- Identificar possíveis mudanças nas temáticas e no volume das pesquisas acadêmicas após a obrigatoriedade da pré-escola, com destaque para as diferenças entre redes públicas e privadas.
- Examinar como as expectativas e formas de participação das famílias, atravessadas por marcadores de classe social, são retratadas nos estudos selecionados.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: o capítulo inicial apresenta os fundamentos teóricos que embasam a pesquisa, discutindo a infância como construção social, o desenvolvimento da Educação Infantil no Brasil e os atravessamentos sociais e simbólicos que influenciam as escolhas familiares no contexto educacional. Em seguida, descreve-se os procedimentos metodológicos adotados para a realização da investigação, que se configura como um estudo qualitativo, documental e *ex post facto*, baseado na análise de produções acadêmicas disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). São

detalhados os critérios de busca, seleção e exclusão, bem como os procedimentos de categorização e análise dos dados. Em seguida, apresenta-se o mapeamento e a análise das produções selecionadas, com ênfase nas temáticas recorrentes, nas diferenças entre os contextos público e privado e nas tensões entre expectativas e possibilidades de escolha. Por fim, a última parte do trabalho apresenta as considerações finais, retomando os objetivos da pesquisa, discutindo os principais achados, suas limitações e contribuições para o campo da Educação Infantil e para o aprofundamento dos debates sobre equidade e acesso educacional.

A investigação parte da compreensão de que a escolha da escola pelas famílias, ainda que muitas vezes atravessada por restrições concretas, é também um espaço simbólico de expectativas, valores e práticas sociais. A pesquisa é fundamentada em estudos que discutem a Educação Infantil no Brasil, a relação entre família e escola, as desigualdades entre os contextos público e privado e as influências dos modelos pedagógicos na definição dessas escolhas. O referencial teórico foi construído a partir das disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política e Sociedade da PUC-SP, articulado à análise das produções encontradas na pesquisa documental. A partir dos textos selecionados e de outras referências fundamentais, o trabalho busca compreender como os discursos e as práticas familiares são representados na literatura acadêmica, identificando convergências, tensões e lacunas nos estudos sobre o tema.

A Educação Infantil no Brasil apresenta um percurso marcado por significativas transformações históricas, permeadas por políticas públicas, concepções de infância e discursos sociais. Ariès (1978) foi um dos primeiros a destacar a infância como uma construção histórica, enquanto Qvortrup (1993) propôs compreendê-la como uma categoria estrutural que atravessa e influencia as políticas educacionais. Heywood (2001) e Narodowski (2001) aprofundam a análise da institucionalização da infância e da emergência da escola como espaço privilegiado de formação. Complementando esse panorama, Agamben (2005) discute a infância em sua dimensão filosófica e histórica, e Ramos (2011) investiga a constituição do espaço escolar como lócus de experiências infantis ao longo do tempo. Esse conjunto de autores oferece subsídios teóricos relevantes para a compreensão das práticas e discursos que conformam a Educação Infantil no Brasil.

A relação entre família e escola constitui um eixo central desta investigação, especialmente no que tange à escolha da Educação Infantil pelas famílias. Charlot (2000), ao explorar a relação do sujeito com o saber, evidencia as diferentes expectativas familiares em relação ao papel da escola na formação das crianças. Nogueira (2004), com base na teoria de Bourdieu, discute a reprodução das desigualdades educacionais, destacando a influência do capital cultural das famílias nas trajetórias escolares. Nesse sentido, Weber (2004) contribui ao analisar a organização burocrática das instituições escolares e sua relação com as demandas familiares. Badinter (1985), por sua vez, propõe uma análise crítica do papel da família na construção das concepções de infância e escolarização, ressaltando a importância das representações culturais nesse processo complexo e historicamente situado.

As distinções entre os contextos público e privado na Educação Infantil também são amplamente discutidas na literatura especializada. Bourdieu e Passeron (1975) compreendem a escola como um espaço privilegiado de reprodução social, no qual as desigualdades são naturalizadas e perpetuadas. Fernandez Enguita (1991) aprofunda esse debate ao revelar a “face oculta” da escola, evidenciando as dinâmicas de poder que operam nos bastidores das relações escolares. Apple (2006) reforça a ideia da escola como um mecanismo de produção e manutenção das desigualdades sociais, ao passo que Durkheim (1995), em sua sociologia da educação, entende a instituição escolar como responsável pela socialização e transmissão de valores sociais. As contribuições de Maria Helena Souza Patto (1990) são fundamentais nesse campo, ao problematizar a marginalização e o fracasso escolar como expressões das desigualdades estruturais do sistema educacional. Sua análise, no entendimento que se faz nesta dissertação, amplia as reflexões de Bourdieu, ao considerar a escola como espaço de reforço das hierarquias sociais e de exclusão simbólica.

Por fim, os modelos pedagógicos e a gestão do projeto político-pedagógico das instituições exercem influência direta sobre as escolhas familiares no campo da Educação Infantil. Nogueira e Catani (1997) demonstram como escolas com modelos conservadores tendem a reproduzir desigualdades por meio de estruturas pedagógicas rigidamente hierarquizadas. A teoria de Bernstein (1990) é igualmente relevante, ao diferenciar as pedagogias visíveis e invisíveis e analisar suas implicações para a aprendizagem, a autonomia infantil e o engajamento das famílias.

No âmbito das políticas públicas, Teixeira (2011) discute a educação como direito social, abordando os desafios de sua implementação no Brasil. Piori (2013) e Tassinari (2013) ampliam as perspectivas ao trazerem concepções indígenas e históricas da infância, contribuindo para o debate sobre modelos educativos mais plurais, sensíveis às diversidades culturais e abertos à participação ativa das famílias nos processos escolares.

O levantamento das produções acadêmicas que compõem este estudo foi realizado por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com o objetivo de mapear produções acadêmicas que abordassem a relação entre família e escola na escolha da Educação Infantil nos contextos público e privado. Para isso, foram utilizadas estratégias de busca refinadas, combinando diferentes palavras-chave e filtros para garantir a relevância dos resultados. A busca na BDTD foi realizada em quatro etapas distintas, refinando progressivamente os critérios para identificar estudos relevantes sobre a escolha da escola pelas famílias. A descrição das etapas de seleção é apresentada a seguir, com o intuito de explicitar os critérios e decisões com relação às pesquisas selecionadas.

Um formulário (vide Apêndice A) desenvolvido para a construção do banco de dados foi elaborado para sistematizar e organizar as informações dos estudos analisados, permitindo uma visão estruturada sobre os textos selecionados. Ele foi composto por diversos campos que precisavam ser preenchidos para cada documento fichado, garantindo que os dados relevantes fossem coletados de maneira padronizada. Essa estrutura permitiu que as informações fossem organizadas de maneira padronizada, facilitando a comparação entre os estudos e a análise das relações entre os diferentes fatores investigados. Com isso, foi possível identificar padrões teóricos e metodológicos, além de outros aspectos, como a região em que o estudo foi realizado, a instituição de origem e o tipo de escola pesquisada. Também se verificaram recorrências nas fontes de referência e no uso de palavras-chave. A geração de gráficos contribuiu para a visualização desses dados e para a compreensão das tendências identificadas.

A Educação Infantil ocupa papel central na formação inicial das crianças e no fortalecimento dos vínculos entre instituições educacionais e famílias. Ao comparar os cenários público e privado, o estudo busca identificar como diferenças históricas,

políticas e sociais impactam as expectativas e os critérios considerados no momento da escolha da escola. A obrigatoriedade da Educação Básica para crianças entre quatro e cinco anos, estabelecida no Brasil em 2009, impôs novos olhares sobre a organização da etapa e seu papel na trajetória educacional. Essas mudanças tornam ainda mais relevante compreender como se dá a oferta nos diferentes contextos e quais critérios estão em jogo para sua efetivação e acesso pelas crianças pequenas.

Diante desse cenário, compreende-se que investigar as produções acadêmicas sobre a escolha escolar na Educação Infantil pode oferecer subsídios relevantes para refletir sobre o cenário educacional brasileiro, bem como sobre as condições de acesso das crianças pequenas em diferentes instituições. Ao evidenciar fatores que atravessam essas escolhas e possibilidades, o estudo contribui para a reflexão sobre a construção de uma educação mais equitativa, sensível às desigualdades e às demandas dos sujeitos.

## **2 INFÂNCIA, EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLHAS FAMILIARES**

Este capítulo reúne os referenciais teóricos que sustentam a pesquisa, buscando compreender de que modo a infância, a Educação Infantil no Brasil e as escolhas familiares se entrelaçam no campo educacional. No primeiro eixo, discute-se a infância como uma construção histórica, política e social, marcada por diferentes concepções e contextos, tomando-a como categoria relacional e atravessada por marcadores sociais. No segundo, apresenta-se a trajetória da Educação Infantil no Brasil, enfatizando legislações, políticas públicas e críticas estruturais, bem como as tensões entre universalização e segmentação do acesso. Por fim, no terceiro eixo, analisa-se a relação entre família e escola, com destaque para os atravessamentos sociais e simbólicos que incidem sobre as escolhas escolares, revelando expectativas, limites e possibilidades em contextos desiguais

### **2.1 A Infância como construção histórica, política e social**

Discutir a infância é enfrentar o desafio de olhar para uma categoria que não é natural nem universal. É reconhecer que o que se entende por infância muda de acordo com o tempo, o espaço e as relações sociais que a constituem. Em contextos tão distintos quanto os da rede pública e da rede privada no Brasil, pensar a infância é, na verdade, refletir sobre os modos como cada instituição a constrói e a regula. Em muitos estudos críticos, discute-se como práticas institucionais podem operar em um sistema que, por vezes, produz classificações e atribui responsabilidades às famílias por desigualdades que são estruturais.

Quando tratada como abstração homogênea, a infância corre o risco de apagar o que há de mais importante nela: suas dimensões histórica, política e social, nas quais está situada. Não se trata de estudar a criança apenas como indivíduo, mas de compreender a infância como uma experiência marcada por processos coletivos e relações geracionais. Isso exige que ela seja sempre contextualizada e nunca tomada como um estágio de desenvolvimento dado ou como uma preparação para o futuro. Parte da tradição pedagógica moderna tende a associar a infância a um estágio preparatório para o adulto que virá a ser criado, como apontam diversos autores, o risco de reduzir a potência do tempo presente. Porém, isso reduz a potência do tempo presente e justifica intervenções que nem sempre respeitam o que é próprio da infância. Reconhecer esses riscos é essencial para compreender como diferentes

concepções de infância atravessam as expectativas escolares e influenciam as decisões das famílias.

Quando se afirma que todas as crianças têm direito à infância, é preciso perguntar que infância é essa, além de questionar se todas as crianças realmente têm acesso a ela. Algumas experiências infantis são tão atravessadas por exclusões e ausências que dificilmente podem ser reconhecidas como infância em termos plenos. Ao mesmo tempo, existem discursos que falam em infância enquanto desconsideram a criança concreta, aquela que vive, sente, resiste e se relaciona com o mundo. Como alerta Miriam Warde (2007), não se pode falar da infância sem ancorá-la empiricamente: cada afirmação sobre a infância exige que se diga a que criança se está se referindo, em qual contexto e sob quais condições. Esse aspecto é central para esta pesquisa, pois aponta que, ao escolher uma escola, as famílias não escolhem apenas uma instituição, mas também um modo particular de compreender e de reconhecer a infância.

Essa exigência também é política. Quando a escola deixa de assumir seu papel como mediadora entre gerações, abre-se espaço para que a infância seja capturada por lógicas privatistas ou utilitaristas. Hannah Arendt (2005) apresenta a escola como espaço de responsabilidade coletiva, em que o adulto tem o dever de apresentar o mundo à criança e garantir que ela tenha tempo e espaço para habitá-lo). Há uma denúncia em sua fala: a crise da educação não é apenas pedagógica, mas o reflexo de uma sociedade que renuncia à memória, despreza a autoridade legítima e terceiriza à criança a responsabilidade por escolhas que deveriam caber aos adultos. A desvalorização da autoridade pedagógica, vista como resquício de um passado autoritário, acaba gerando formas silenciosas de desresponsabilização e até de violência simbólica. Tais processos ajudam a entender como o peso da escolarização recai sobre as famílias e, por consequência, influencia os critérios de escolha escolar.

A entrada da criança na escola constitui um marco decisivo na experiência da infância, não apenas por inaugurar um percurso institucional da criança sem a companhia direta de seu cuidador principal, mas por representar um momento de movimentações entre espaços distintos de socialização. Ao ingressar na escola, a criança passa a habitar um espaço que não é mais exclusivamente familiar, mas público, regulado por normas, tempos, expectativas e formas específicas de

convivência. Trata-se de um acontecimento social que reorganiza relações, redefine papéis e atribui novos sentidos à infância, à família e à própria instituição escolar.

A escola se configura como uma das principais instituições de socialização secundária, responsável por mediar a relação da criança com o mundo social mais amplo. Esse processo não ocorre de forma neutra ou homogênea, mas é atravessado por concepções institucionais de infância, por expectativas familiares e por desigualdades estruturais que definem o modo como a criança é acolhida e observada. A socialização escolar implica a aprendizagem de regras, linguagens, ritmos e modos de estar e agir no mundo que extrapolam o âmbito doméstico.

A relação entre família e escola, nesse contexto, assume papel central. A entrada da criança na instituição escolar não diz respeito apenas à adaptação da criança, mas também à forma como as famílias são convidadas a participar, justificar, explicar ou legitimar práticas educativas. As instituições escolares operam, muitas vezes, como instâncias que avaliam implicitamente os modos de educar das famílias, produzindo discursos sobre competência parental, envolvimento, responsabilidade e adequação. Esse movimento tende a afetar de maneira desigual famílias de diferentes origens sociais, reforçando assimetrias e deslocando para o âmbito privado responsabilidades que deveriam ser compartilhadas institucionalmente.

Ao mesmo tempo, a escola se apresenta como espaço de promessa: promessa de socialização, de aprendizagem, de proteção e de futuro. Essa promessa, contudo, não se realiza de modo equivalente para todas as crianças. As condições materiais das instituições, os projetos pedagógicos, as formas de escuta das famílias e as expectativas em relação às crianças variam significativamente entre redes públicas e privadas, produzindo experiências escolares profundamente distintas desde os primeiros anos. Assim, a entrada na escola não inaugura apenas um percurso educativo, mas inscreve a criança em trajetórias sociais diferenciadas, marcadas por oportunidades desiguais de reconhecimento e pertencimento.

Compreender a entrada da criança na escola como processo institucional e social permite deslocar o olhar da criança individual para o conjunto de relações que se estabelecem nesse momento. Trata-se de reconhecer que a escolarização inicial não é apenas uma etapa do desenvolvimento, mas um fenômeno que articula infância,

família e instituição em um campo de disputas simbólicas, políticas e pedagógicas. Essa compreensão é fundamental para esta pesquisa, pois ilumina os sentidos atribuídos à Educação Infantil e ajuda a compreender por que a escolha da escola se torna, para muitas famílias, um momento carregado de expectativas, tensões e limites.

A ausência de responsabilização se expressa, por exemplo, no modo como o tempo escolar tem sido fragmentado e acelerado. A infância, ao invés de ser vivida, é administrada. A escola, que deveria garantir experiências significativas, torna-se lugar de treinamento e vigilância. Essa lógica também se materializa na própria organização dos ciclos escolares, como lembra Qvortrup (1993) em sua crítica à seriação como forma de controle estatal das etapas da vida. Ao desnaturalizar a infância e tratá-la como categoria estrutural da organização social, ele nos convida a pensar não apenas no que é a infância, mas no que se faz dela e para quem. Esse convite está diretamente ligado ao presente estudo, que busca compreender como diferentes arranjos escolares, públicos e privados, traduzem concepções de infância que atravessam o processo de escolha das famílias.

Essa é uma das perguntas que mobiliza a pesquisa: como diferentes instituições escolares públicas e privadas constroem sentidos sobre a infância nas suas relações com as famílias? Observar os modos como as famílias são escutadas, orientadas ou responsabilizadas revela muito sobre que criança se espera formar e, principalmente, que tipo de mundo se pretende apresentar a ela. Afinal, a infância é sempre a relação entre o sujeito e o mundo. E esse mundo, por sua vez, é moldado pelas escolhas de quem detém poder sobre ele.

Mais do que delimitar modelos de família ou de escola, a intenção é compreender o que essas relações expressam sobre a infância hoje: seus limites, suas possibilidades e seus silenciamentos. A infância que se quer garantir como direito precisa ser olhada com cuidado. Isso significa assumir que não se trata apenas de proteger a criança, mas de assumir responsabilidade coletiva sobre aquilo que lhe é oferecido como presente, como linguagem, como afeto, como tempo.

Ao longo do artigo, os autores levantam questões cruciais e revisitam conceitos fundamentais. Dentre eles, destacam-se: a contextualização da chamada crise escolar; a conceitualização da forma escolar, elucidando aspectos importantes como métodos, tempo e forma; as relações sociais e as mudanças históricas, considerando

sempre os contextos em que essas transformações ocorrem. A retomada histórica do percurso da instituição escolar evidencia a importância de se considerar os diferentes contextos e objetivos que a escola foi assumindo e modificando ao longo do tempo.

Além da instituição física e de seus objetivos, o texto também aborda a figura do mestre, mostrando como essa figura foi percebida no início do processo e as transformações que ocorreram ao longo dos anos. A forma escolar foi se constituindo ao longo do tempo, não devendo ser vista como algo natural, mas como uma construção sócio-histórica moldada por contextos sociais, culturais e políticos.

A educação que conhecemos hoje é fruto de um processo de institucionalização, o que leva a muitos questionamentos e discussões. Ao longo dos anos, a maneira de funcionamento da escola sofreu alterações, assim como o currículo e a organização escolar; no entanto, a forma escolar permanece desde o século XVI.

A forma escolar foi construída como uma forma de relacionamento inédita. O aluno só existe por causa da relação com o mestre; nesse momento, tempo e espaço são estabelecidos, assim como a figura do mestre, que deixa de ser aquele que ensina apenas um ofício. As crianças, que antes aprendiam com antigos mestres ofícios específicos, passam a participar da vida escolar. Dessa forma, os autores apontam a “invenção da forma escolar (...) como um modo de socialização escolar [que] se impôs a outros modos de socialização” (Vincent; Lahire; Thin, 2001, p. 11).

No final do artigo, os autores discutem tanto a escola quanto a forma escolar na contemporaneidade. Além de destacarem a importância da forma escolar como modo de socialização, ressaltam a necessidade de considerar diversos fatores e contextos ao discutir a educação, que, diferente da instituição escolar, nunca entrará em crise. Os autores convidam a refletir sobre a complexidade e a historicidade da escola, reconhecendo-a como uma instituição dinâmica, em permanente transformação. Para os propósitos desta pesquisa, esse entendimento é decisivo: mostra que a escola não é um espaço neutro, mas uma construção histórica que influencia diretamente as expectativas familiares e, por consequência, suas escolhas no campo da Educação Infantil.

## **2.2 Educação Infantil no Brasil: políticas públicas, crítica estrutural e segmentação**

A trajetória da Educação Infantil no Brasil é marcada por uma construção histórica que reflete disputas políticas, interesses econômicos e transformações sociais. A consolidação da infância como etapa educacional legítima foi lenta, e a legislação tem desempenhado papel importante na constituição desse campo.

A Constituição Federal, com seu caráter cidadão, em seu 205º artigo, estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, incluindo explicitamente o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos como uma das responsabilidades do Estado, conforme artigo 208 (Brasil, 1988). Foi a primeira vez que a Educação Infantil aparece como dever constitucional, apontando para a garantia de direitos desde a primeira infância, embora, na prática, o acesso permanecesse profundamente desigual.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) deu um passo importante ao definir a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, organizada em creche (zero a três anos) e pré-escola (quatro e cinco anos). Seu objetivo central passou a ser o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, em complementação à ação da família. Essa definição legal posiciona a infância como fase estruturante e inaugura uma concepção mais educativa, superando, ao menos formalmente, uma visão apenas assistencial.

Em 2001, o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu metas para ampliar o acesso à Educação Infantil, mas seu caráter não era vinculante, o que limitou seu alcance. Já o PNE de 2014 (Lei nº 13.005/2014) trouxe diretrizes mais específicas: universalizar a pré-escola para crianças de quatro e cinco anos até 2016 (Meta 1) e ampliar a oferta de creche para, no mínimo, 50% das crianças de zero a três anos até 2024. As metas revelam o reconhecimento da importância da etapa, mas também deixam clara a dificuldade de garantir universalização com equidade.

Com a Emenda Constitucional nº 59/2009, a matrícula na pré-escola se tornou obrigatória a partir dos quatro anos, ampliando o ensino obrigatório dos quatro aos 17 anos. A obrigatoriedade evidencia tensões entre o direito previsto na legislação e as

condições materiais necessárias à sua efetivação, tema amplamente discutido por autores que analisam os desafios estruturais da política educacional brasileira.

A discussão sobre obrigatoriedade precisa ser situada também no contexto da Lei nº 11.274/2006, que ampliou o Ensino Fundamental para nove anos e determinou o ingresso obrigatório das crianças aos seis anos. Essa mudança não apenas reconfigurou tempos e trajetórias escolares, como também reposicionou a infância no interior do sistema educacional, antecipando sua entrada na lógica escolarizada. Diversos autores destacam que esse deslocamento impacta a forma como a infância é concebida pelas instituições, tensionando as fronteiras entre cuidado, socialização e escolarização formal. A legislação, ao mesmo tempo em que busca ampliar direitos, redefine a experiência da criança no interior da escola, transformando o que antes era uma entrada gradual em uma passagem regulada pelo Estado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990) já havia garantido o direito à educação desde os primeiros anos de vida, reconhecendo a convivência familiar e comunitária como dimensão inseparável do desenvolvimento infantil. O ECA também estabelece que o poder público deve assegurar atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos, reforçando a obrigação do Estado em garantir esse direito.

A entrada da criança na escola, entendida tradicionalmente como espaço de socialização, adquire novas dimensões quando passa a ser regulada por marcos legais que definem idades mínimas e obrigatoriedade. A escola é compreendida como instância mediadora entre o mundo privado da família e o mundo comum, atribuindo ao adulto a responsabilidade de introduzir a criança nesse espaço público. Quando a escolarização precoce se torna objeto de políticas obrigatórias, surgem tensões entre proteção, socialização e antecipação de expectativas escolares. Essa discussão é retomada por autores da sociologia da infância, que mostram como a escolarização se torna parte constitutiva da estrutura social, reorganizando não apenas currículos, mas também expectativas familiares e modos de ser criança no espaço escolar.

Em termos de financiamento, a inclusão da Educação Infantil no FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), especialmente após sua renovação em 2020 (Emenda Constitucional nº 108/2020), significou uma

ampliação de recursos para o atendimento infantil, mas que ainda esbarra em grandes desigualdades regionais e estruturais.

O Censo Escolar permite visibilizar como as redes pública e privada operam em uma lógica de segmentação social: estudos sociológicos apontam que a organização da oferta entre redes pública e privada tende a expressar processos de segmentação social, nos quais determinados grupos ocupam posições diferenciadas conforme o capital cultural e econômico disponível. Essa clivagem, revelada no plano estatístico, materializa aquilo que autores como Bourdieu e Passeron (1975) discutem teoricamente ao analisarem a escola como espaço de produção e legitimação de diferenças sociais. Neste estudo, os dados do Censo não são mobilizados como fonte empírica, mas como marco contextual que ajuda a situar as desigualdades estruturais que atravessam a Educação Infantil e que compõem o cenário no qual as escolhas familiares se inscrevem, aparecendo, direta ou indiretamente, nos estudos analisados no capítulo seguinte.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009), elaboradas a partir de um processo participativo, consolidaram uma visão pedagógica crítica. Fundamentadas nos princípios éticos, políticos e estéticos, as DCNEI reconhecem a criança como sujeito histórico, social, de direitos, singular e protagonista, e organizam o trabalho pedagógico a partir de interações e brincadeiras. Essa concepção rompe com práticas transmissíveis e enfatiza a construção coletiva do conhecimento, o vínculo afetivo e a escuta ativa como pilares da ação docente.

Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) estabeleceu direitos de aprendizagem e campos de experiência para a Educação Infantil. Embora sua proposta dialogue com as DCNEI ao valorizar a criança como protagonista, muitos pesquisadores apontam riscos de padronização curricular, descontextualização cultural e intensificação da escolarização precoce, especialmente nas redes públicas. A crítica se intensifica quando se observa a crescente presença de avaliações externas que, mesmo não obrigatórias na EI, acabam influenciando práticas escolares com foco em resultados.

A leitura crítica de autores como Kramer (2011) revela como, apesar dos avanços legais, a Educação Infantil continua sendo atravessada por contradições e disfarces. Em sua obra *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*, Kramer

denuncia a forma como muitas políticas se anunciam como garantidoras de direitos, mas, na prática, mantêm lógicas segmentadoras, elitistas ou tecnicistas, que não reconhecem as múltiplas infâncias brasileiras.

Outros autores também problematizam os efeitos das políticas públicas sobre a segmentação do acesso. Bourdieu e Passeron (1975), ao discutirem o conceito de reprodução social, contribuem para compreender como a escola, mesmo ao se pretender democrática, atua na manutenção das desigualdades ao naturalizar os *habitus* dominantes. Apple (2006), por sua vez, alerta para a forma como o currículo oficial pode funcionar como instrumento de legitimação de conhecimentos de determinados grupos, o que afeta diretamente a experiência das crianças nas diferentes redes de ensino.

Patto (1990) destaca a existência de uma “pedagogia das carências”, onde crianças oriundas de classes populares são constantemente vistas a partir da falta, da deficiência, do que não sabem. Essa perspectiva, presente em muitas práticas da Educação Infantil, se choca frontalmente com os princípios da legislação, mas encontra terreno fértil na estrutura das escolas públicas superlotadas, com baixos salários docentes e escassez de formação continuada.

A literatura educacional evidencia que desigualdades entre setores público e privado se articulam a processos de distinção, seleção e legitimação simbólica, compondo um cenário em que oportunidades e expectativas se distribuem de maneira desigual., não apenas no acesso, mas também na proposta pedagógica, infraestrutura, relação com as famílias e expectativas de futuro. Enquanto algumas famílias possuem ampla possibilidade de escolha, amparadas por capital cultural e econômico, outras se deparam com ausência de vagas, longas filas e distância geográfica. Essas diferenças evidenciam como a garantia do direito à Educação Infantil, embora assegurada normativamente, se realiza de modo desigual, aspecto amplamente discutido na literatura sobre políticas públicas.

A análise histórica das legislações permite compreender não apenas os avanços normativos, mas também as disputas simbólicas e materiais que atravessam o campo da Educação Infantil. Ao observar as leis, suas intenções e seus efeitos, é possível identificar as marcas das desigualdades estruturais, refletidas nas escolhas

das famílias, nos sentidos atribuídos à escola e nos caminhos traçados pelas crianças desde os seus primeiros anos.

A escola não surgiu como um espaço natural ou neutro, mas como uma construção social marcada por interesses, disputas e contradições. Inserida em contextos específicos, ela reflete e reproduz as estruturas da sociedade que a institui. No interior do capitalismo, a escola se consolidou como uma das principais instituições responsáveis pela socialização dos indivíduos, ao mesmo tempo em que atua como mediadora das desigualdades que caracterizam esse sistema. Sua função histórica vai muito além da transmissão de conteúdos: ela contribui para a formação de sujeitos, regula comportamentos, impõe normas e participa de um processo mais amplo de produção e reprodução das relações sociais.

As desigualdades entre instituições públicas e privadas constituem elemento central das análises sociológicas sobre a educação brasileira. Bourdieu e Passeron (1975) mostram como sistemas educacionais tendem a reproduzir diferenças de origem social ao legitimar *habitus* dominantes como critérios de excelência. No campo da Educação Infantil, essas desigualdades se expressam em distintos projetos pedagógicos, expectativas familiares e condições estruturais, compondo redes de distinção e de classificação simbólica. Apple (2006) auxilia a compreender como currículos e discursos de qualidade podem funcionar como marcadores de prestígio, enquanto Patto (1990) denuncia a persistência de uma pedagogia das carências que incide particularmente sobre crianças de setores populares.

Nesse sentido, a segmentação entre público e privado não pode ser lida apenas como diferença administrativa, mas como expressão de estruturas sociais que organizam oportunidades de socialização, reconhecimento e pertencimento desde os primeiros anos da infância. Kramer (2011) reforça essa leitura ao mostrar que políticas destinadas à Educação Infantil carregam disfarces que, sob o discurso da ampliação de direitos, podem aprofundar desigualdades simbólicas e materiais.

As ações chamadas de compensatórias, historicamente destinadas às crianças de contextos populares, carregam em si um paradoxo cruel. Ao mesmo tempo em que se apresentam como políticas de reparação, operam pela lógica da comparação com um modelo ideal, quase sempre baseado em parâmetros da infância de classe média.

Em vez de questionar as estruturas que produzem a desigualdade, essas ações naturalizam a ideia de que a criança pobre precisa alcançar um padrão previamente estabelecido, e, com isso, reforçam a ideia de que algo nela ou em sua família está em falta. Essa forma de intervenção, além de ineficaz do ponto de vista social, é violenta do ponto de vista simbólico, pois reafirma um lugar de inferioridade.

Essas tensões estruturais, históricas e políticas que atravessam a Educação Infantil constituem o cenário no qual as famílias fazem suas escolhas escolares. A segmentação entre redes, os sentidos atribuídos à escola e os discursos de qualidade influenciam expectativas e decisões, produzindo contextos em que escolha e possibilidade não se equivalem. A literatura do campo evidencia que escolhas familiares são sempre mediadas por condições materiais, capitais simbólicos e pelos modos como as instituições significam a infância e as trajetórias escolares possíveis.

A análise histórica das legislações permite compreender não apenas os avanços normativos, mas também as disputas simbólicas e materiais que atravessam o campo da Educação Infantil. Ao observar as leis, suas intenções e seus efeitos, é possível identificar as marcas das desigualdades estruturais, refletidas nas escolhas das famílias, nos sentidos atribuídos à escola e nos caminhos traçados pelas crianças desde os seus primeiros anos.

A compreensão da trajetória da Educação Infantil no Brasil exige um olhar integrado para os marcos legais, curriculares e teóricos que, ao longo das últimas décadas, moldaram as concepções de infância, os modos de organização da escola e as políticas de acesso. O *Percurso Histórico da Educação Infantil: Políticas, Currículo e Produção Teórica* (Gabriela Walenzus, 2025), ilustrado no Anexo A, sintetiza esses diferentes movimentos, articulando legislações, documentos pedagógicos e produções teóricas que contribuíram para a constituição da Educação Infantil como campo educacional.

Ao reunir esses marcos em perspectiva histórica, torna-se possível visualizar de que maneira a ampliação de direitos, as disputas curriculares e as interpretações sociológicas sobre a infância e a escolarização se entrelaçam na construção desse campo. Essa síntese evidencia tanto os avanços institucionais quanto as tensões e contradições que atravessam a Educação Infantil, revelando os processos que

sustentam, direta ou indiretamente, as desigualdades discutidas ao longo deste capítulo.

### **2.3 Família e escolha escolar: atravessamentos sociais e simbólicos**

Dentro do cenário neoliberal, a relação entre indivíduo, Estado e mercado está intrinsecamente ligada. Ao considerar esse movimento, percebe-se incentivos para que o indivíduo busque sua valorização dentro do mercado. A responsabilidade de estar atualizado e formado plenamente para integrar tal espaço cabe a ele, ou seja, é o principal responsável por sua autogestão.

O Estado, por sua vez, aparece como instituição reguladora, responsável por criar as condições necessárias para que o mercado gire e funcione de maneira eficiente. Ele investe em saúde, educação e outras áreas essenciais, mas esses investimentos são guiados por uma lógica que prioriza o sucesso mercadológico. Esse conceito pode ser compreendido como a capacidade de maximizar lucros e consolidar um sistema que privilegia grandes corporações e indústrias, que controlam de maneira desproporcional os rumos da economia e da política global.

Essa dinâmica estabelece uma divisão clara na sociedade: de um lado, os sujeitos que precisam se adaptar às exigências do mercado e, de outro, os grandes grupos econômicos que detêm o poder. Nesse contexto, o Estado frequentemente alinha seus interesses aos desses grupos, utilizando mecanismos de regulação e controle sobre a população. A escola emerge como uma das ferramentas centrais desse processo, configurando-se como espaço de produção social e reprodução ideológica.

A escola, enquanto instituição organizada pelo Estado, tem como função não apenas formar indivíduos aptos a conviver socialmente, mas também moldá-los dentro de padrões que favorecem a lógica mercadológica. Embora a educação escolar seja relativamente recente na história social, ela rapidamente se consolidou como ferramenta de controle. Os alunos são enquadrados em categorias que reforçam padrões de normalidade e produtividade, deixando claro que o propósito principal da escola não é o desenvolvimento pleno do ser humano, mas a adaptação às necessidades do mercado.

Esse modelo educacional tem sido cada vez mais apropriado pelo setor privado. Um exemplo claro disso são as iniciativas de mercantilização da educação, incluindo instituições educacionais listadas em bolsas de valores. Essa realidade questiona o papel social da educação e expõe um cenário em que a formação humana é tratada como produto negociável, restringindo ainda mais o acesso igualitário ao saber.

Sob a perspectiva da biopolítica, observa-se como Estado e mercado atuam para controlar a vida dos indivíduos em múltiplos níveis. A educação, nesse contexto, torna-se ferramenta de regulação e vigilância: estabelece padrões de comportamento, define quem é considerado apto ou inapto e reforça a exclusão social daqueles que não se adequam ao sistema. Essa dinâmica perpetua desigualdades estruturais, tornando a educação um privilégio em vez de um direito universal.

O cenário resultante é marcado por um processo de desumanização. Indivíduos que não conseguem atender às exigências mercadológicas são sistematicamente excluídos, deixando de ser reconhecidos como agentes sociais com valores e potencialidades. Esse processo reforça disparidades econômicas e sociais, ampliando o abismo entre elites econômicas e a maioria da população.

O desenvolvimento da escola como instituição social está intimamente ligado ao surgimento do indivíduo moderno. Conforme discutido por Elias (1994) em *O processo civilizador*, foi com a consolidação do Estado moderno e o avanço da urbanização que a noção de indivíduo, tal como conhecemos, começou a ser construída. A crescente especialização das tarefas sociais e a necessidade de regulamentar a convivência em espaços cada vez mais complexos tornaram indispensável a criação de instituições que produzissem sujeitos adaptados à nova lógica. Nesse sentido, a escola assume papel central: ela ensina a conter impulsos, respeitar regras, aguardar a vez, submeter-se a avaliações externas. São comportamentos que correspondem diretamente às exigências de uma sociedade disciplinar e produtivista.

Essa perspectiva é aprofundada por Horkheimer e Adorno (1985), que problematizam a relação entre indivíduo e sociedade no contexto do capitalismo. Para os autores da teoria crítica, as instituições sociais, incluindo a escola, exercem função de conformação dos sujeitos às exigências do sistema. A cultura, que poderia ser

fonte de libertação, transforma-se em indústria cultural; o saber, em instrumento de dominação. A escola, nesse cenário, aparece como espaço ambíguo: embora prometa igualdade e emancipação, sua estrutura hierárquica, seus mecanismos de avaliação e seu currículo padronizado acabam reproduzindo desigualdades e naturalizando assimetrias sociais.

Essa tensão é ainda mais evidente quando se observa como a escola está vinculada à lógica do capital. A escola moderna está longe de ser espaço de ruptura com o mercado; é, na verdade, um de seus pilares. O processo de escolarização tem como pano de fundo a necessidade de preparar sujeitos para o mundo do trabalho, mas essa preparação ocorre de forma desigual. Enquanto a promessa de mobilidade social permanece, os mecanismos internos da escola operam na direção da exclusão e da seleção. O acesso aos bens culturais legitimados, muitas vezes distantes da realidade das classes populares, torna-se critério de sucesso ou fracasso escolar.

É nesse ponto que as ideias de Bourdieu e Passeron (1975) são fundamentais, ao demonstrarem como a escola atua na reprodução das desigualdades por meio da violência simbólica. A escola legitima como neutros certos modos de falar, escrever, comportar-se, aprender, padrões profundamente marcados pelas culturas das classes dominantes. Essa legitimação disfarça assimetrias de origem e apresenta os resultados escolares como fruto de mérito individual. A desigualdade, nesse processo, transforma-se em diferença de desempenho, e a função pedagógica da escola se sobrepõe à sua função social.

A escolha escolar, nesse contexto, não é um gesto isolado, mas está ancorada em condições materiais e simbólicas específicas. As famílias, ao escolherem uma instituição de Educação Infantil, mobilizam expectativas, referências culturais e estratégias de distinção. No setor privado, a escolha frequentemente envolve alinhamento a determinados modelos pedagógicos, discursos sobre inovação, valores institucionais e projeção de futuro, incluindo inserção no mercado de trabalho e redes sociais de prestígio. No setor público, a possibilidade de escolha é mais limitada, marcada por questões territoriais, logísticas e legais. Ainda assim, em ambos os contextos, a escola aparece como espaço de projeção de um futuro desejado e como ferramenta de manutenção ou de ruptura.

Essa dinâmica revela o papel ativo da família como agente na reprodução ou contestação das desigualdades escolares. Badinter (1985), ao discutir a construção histórica da maternidade, já apontava como as relações familiares são atravessadas por valores sociais e disputas morais. A escolha da escola para uma criança não se dá apenas por critérios objetivos, mas também por dimensões simbólicas profundas: expectativas de cuidado, afetos, desejos de pertencimento e inserção social. A escola, enquanto instituição social, é lida e significada de modos diversos por cada grupo familiar, de acordo com sua inserção na estrutura social e em seus referenciais subjetivos.

Assim, compreender a escola como instituição social exige reconhecer que ela opera num campo de tensões constantes. Ao mesmo tempo em que reproduz desigualdades estruturais, também pode se constituir como espaço de escuta, acolhimento e transformação. Essa ambiguidade é essencial para pensar a relação entre escola e família no Brasil contemporâneo, especialmente nos anos iniciais da escolarização, quando se formam os primeiros vínculos institucionais e as primeiras expectativas educacionais.

As escolhas familiares, portanto, não são decisões meramente racionais ou instrumentais: são ações situadas socialmente, marcadas por valores, histórias, limitações e projetos. A escola, por sua vez, longe de ser apenas palco onde esses projetos se realizam, é também protagonista na construção e no direcionamento dessas trajetórias. Entendê-la como instituição social, dentro de um sistema histórico e material, é passo essencial para problematizar o mito da neutralidade escolar e abrir caminho para práticas verdadeiramente democráticas no campo da educação.

### 3 CAMINHOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DAS PRODUÇÕES

Este capítulo apresenta os caminhos metodológicos percorridos para a realização desta dissertação, explicitando as estratégias e os procedimentos que sustentam a análise do material selecionado. O ponto de partida foi a opção por uma revisão sistemática da literatura, concebida não apenas como uma técnica de levantamento bibliográfico, mas como uma estratégia rigorosa de construção de conhecimento, capaz de organizar, mapear e analisar criticamente a produção acadêmica sobre o tema da escolha da escola de Educação Infantil pelas famílias no Brasil.

A sistematização do processo de busca, seleção, organização e análise dos textos garantiu que os critérios utilizados fossem claros, coerentes e passíveis de replicação, assegurando consistência e fidedignidade ao percurso metodológico adotado. Nesse processo, optou-se pela adoção de um delineamento *ex post facto*, entendido como o mais apropriado para a natureza da investigação proposta.

Conforme define Gil (2017), o delineamento *ex post facto* é utilizado em pesquisas que buscam compreender relações entre fenômenos já ocorridos, sem qualquer interferência direta do pesquisador. Trata-se, portanto, de um estudo que analisa fatos consolidados, por meio de registros disponíveis, buscando interpretar significados, identificar recorrências e estabelecer relações possíveis entre os dados analisados.

No caso desta dissertação, esse delineamento torna-se pertinente ao considerar que a escolha escolar é um fenômeno social amplamente vivido por diferentes grupos familiares, mas que aqui é analisado com base em estudos já realizados por outros pesquisadores. A análise recai sobre teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação brasileiros, acessadas via Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o que confere ao estudo caráter documental e interpretativo. Não se trata de um estudo comparativo, uma vez que os trabalhos analisados não compartilham categorias analíticas homogêneas.

Complementarmente, a abordagem adotada é qualitativa, por permitir a apreensão dos significados que atravessam os processos sociais investigados, possibilitando a leitura das relações entre famílias, escolas, políticas públicas e

desigualdades sob uma lente crítica e situada. Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa possibilita compreender os sentidos atribuídos pelas pessoas às suas práticas e experiências, promovendo um olhar sensível às dimensões simbólicas e contextuais que permeiam os fenômenos sociais.

Assim, a opção metodológica por uma revisão sistemática com abordagem qualitativa e delineamento *ex post facto* sustenta o percurso analítico da pesquisa, que busca compreender de que modo as escolhas escolares no campo da Educação Infantil são retratadas nas produções acadêmicas brasileiras. A seleção dos textos seguiu critérios específicos, e a análise foi conduzida por meio de fichamentos, categorizações temáticas e cruzamento de dados, como será detalhado nas seções a seguir.

### **3.1 Estratégia metodológica e apresentação dos dados**

O levantamento das produções acadêmicas que compõem este estudo foi realizado por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com o objetivo de identificar pesquisas que abordassem a relação entre família e escola no processo de escolha da Educação Infantil, tanto em instituições públicas quanto privadas. A escolha da BDTD se justifica por sua abrangência nacional, reunindo produções acadêmicas de mestrado e doutorado de diferentes regiões e instituições do Brasil, o que garante diversidade e representatividade ao corpus analisado. Para isso, foram adotadas estratégias de busca refinadas, combinando diferentes descritores e filtros visando garantir a relevância e pertinência dos resultados encontrados.

Considerando que a investigação se debruça sobre fenômenos já ocorridos, sem a possibilidade de manipulação ou intervenção direta, adotou-se o delineamento *ex post facto*. Essa estratégia se mostra pertinente em estudos qualitativos de natureza documental, permitindo a análise interpretativa de dados consolidados em teses e dissertações.

Optou-se por uma revisão sistemática da literatura, compreendida aqui não apenas como um levantamento de textos existentes, mas como uma estratégia metodológica que pressupõe critérios claros, explícitos e verificáveis de busca, seleção e análise, assegurando maior rigor e transparência ao processo investigativo.

Diferentemente das revisões narrativas, mais flexíveis e subjetivas, a revisão sistemática permite mapear, categorizar e analisar de forma mais objetiva um conjunto delimitado de produções, conferindo solidez à construção do conhecimento.

A busca na BDTD foi realizada em quatro etapas distintas, com progressivo refinamento dos critérios para identificar estudos pertinentes ao objeto desta pesquisa. A descrição detalhada das etapas de seleção é apresentada a seguir, de modo a explicitar os critérios e decisões adotados, bem como as vicissitudes do processo.

A primeira busca que sustentou o balanço das produções acadêmicas utilizou descritores amplos, como “Educação Infantil” e “Família”, associados a termos como “Público”, “Privado”, “Conveniado”, “Filantrópico”, “Projeto Político-Pedagógico” e “Gestão Escolar”, conforme detalhado no Quadro 1:

Quadro 1 Lista de descritores e seus resultados (1ª pesquisa)

<b>Descritores</b>	<b>Resultados</b>
"Educação Infantil"	7.577
"Educação Infantil" AND "Família"	1.070
"Educação Infantil" AND "Família" AND ("Público" OR "Privado" OR "Conveniado" OR "Filantrópico")	613
"Educação Infantil" AND "Família" AND ("Público" OR "Privado" OR "Conveniado" OR "Filantrópico") AND ("Projeto Político-Pedagógico" OR "Gestão Escolar")	64

Fonte: elaborado pela autora

Após a exclusão de trabalhos irrelevantes pela leitura dos títulos, permaneceram 27 textos, organizados em planilha contendo título, autor, ano, tipo de documento, instituição e resumo. Em seguida, foram lidos os resumos, resultando na seleção de onze textos, que, à primeira vista, pareciam alinhados ao tema. Contudo, verificou-se que nenhum deles tratava da escolha da família pela instituição de Educação Infantil, mas sim da participação das famílias dentro da escola.

Na segunda busca, priorizou-se o termo “escolha” articulado diretamente à família e à Educação Infantil. Os resultados estão detalhados no Quadro 2:

Quadro 2 Lista de descritores e seus resultados (2ª pesquisa)

<b>Descritores</b>	<b>Resultados</b>
"Educação Infantil" AND ("Escolha" AND "Família")	242
"Educação Infantil" AND ("Escolha" AND "Família") AND ("Público" OR "Privado" OR "Conveniado" OR "Filantrópico")	154
"Educação Infantil" AND ("Escolha" AND "Família") AND ("Público" OR "Privado" OR "Conveniado" OR "Filantrópico") AND ("Projeto Político-Pedagógico" OR "Gestão Escolar")	12

Fonte: elaborado pela autora

Com a leitura inicial dos títulos, foram selecionados quatro trabalhos. Contudo, dois já estavam presentes na primeira seleção e os outros dois foram descartados por não se alinharem ao objetivo central. Nesse momento, ficou evidente que os descritores ainda não estavam suficientemente refinados. A terceira busca partiu da hipótese de que o projeto pedagógico poderia aparecer como justificativa para a escolha escolar. Os resultados encontram-se no Quadro 4.3:

Quadro 3 Lista de descritores e seus resultados (3ª pesquisa)

<b>Descritores</b>	<b>Resultados</b>
"Educação Infantil"	7.577
"Educação Infantil" AND "Projeto Pedagógico"	1.347
"Educação Infantil" AND "Projeto Pedagógico" AND "Família"	240

Fonte: elaborado pela autora

Nessa etapa, a restrição adicional dos filtros reduziu excessivamente o número de resultados. O caminho foi, então, a leitura dos títulos dos 240 trabalhos localizados. Após a triagem, treze foram selecionados para leitura dos resumos e, desses, sete foram considerados relevantes, embora um permanecesse em dúvida quanto à sua contribuição.

Ao consolidar as três primeiras buscas, obtiveram-se onze textos da primeira seleção e sete da terceira. Dois estavam repetidos e foram mantidos apenas uma vez,

e outros dois não estavam disponíveis para acesso. Essa etapa resultou em 14 textos selecionados. Durante a leitura integral, verificou-se que os estudos ainda se encontravam distantes do foco esperado: nenhum abordava diretamente os critérios de escolha das famílias. Diante da persistente ausência de textos alinhados ao foco central da pesquisa, a quarta busca foi realizada com foco específico no termo “escolha escolar”. O resultado encontra-se no Quadro 4:

Quadro 4 Lista de descritores e seus resultados (4ª pesquisa)

<b>Descritores</b>	<b>Resultados</b>
"Educação Infantil"	7.577
"Educação Infantil" AND "Família"	1.942
"Educação Infantil" AND "Família" AND "Escolha"	242

Fonte: elaborado pela autora

Dessa leitura, seis títulos revelaram-se promissores. Após a análise dos resumos, seis foram selecionados e classificados em dois grupos temáticos para facilitar a análise posterior.

A etapa seguinte consistiu na padronização dos dados por meio de um formulário eletrônico, que possibilitou a realização de fichamentos sistemáticos, contendo campos como autor, ano, instituição, tipo de pesquisa, objetivos, metodologia, principais conclusões e contribuições para esta dissertação, conforme Apêndice A. Essa sistematização também permitiu a visualização dos dados, que auxiliaram na visualização de padrões, divergências, recorrências e lacunas presentes nas pesquisas. Foram criadas planilhas com categorização por região, tipo de escola, abordagem teórica e ano de publicação, além de quadros de categorização temática.

A revisão sistemática, estruturada em quatro etapas, não apenas possibilitou a reunião de produções acadêmicas dispersas, mas também evidenciou a escassez de estudos que abordam diretamente o processo de escolha escolar na Educação Infantil, especialmente sob o ponto de vista das famílias. Ao mesmo tempo, permitiu

identificar regularidades e tensões recorrentes, que sustentam as análises propostas no capítulo seguinte.

A etapa seguinte consistiu na apresentação dos textos selecionados, com sua distribuição por variáveis institucionais e regionais e, em seguida, na análise crítica e interpretativa das temáticas, à luz dos objetivos e referenciais teóricos da dissertação. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter exploratório e abordagem interpretativa, comprometida em apreender os sentidos produzidos nas escolhas escolares relatadas nas produções acadêmicas selecionadas. Após a realização das quatro buscas sistemáticas na BDTD e a leitura integral das produções, definiu-se o *corpus* final da pesquisa, composto por cinco estudos com maior aderência aos objetivos propostos que apresentam maior aderência aos objetivos propostos diretamente relacionados ao tema desta dissertação. Após as leituras integrais e a revisão analítica do material selecionado, foi conduzido um novo processo de revisão e reagrupamento, resultando na definição final de cinco trabalhos que apresentam maior coerência com o objetivo deste estudo.

Essas produções foram inicialmente organizadas em grupos temáticos, de modo a evidenciar as diferentes perspectivas sobre a relação entre família e escola na Educação Infantil. A sistematização permitiu observar como o tema da escolha escolar aparece em abordagens variadas, abrangendo desde estudos sobre políticas públicas e desigualdade de acesso até análises sobre expectativas familiares e reprodução social.

Após a leitura integral dos estudos selecionados e a sistematização dos fichamentos, procedeu-se à identificação de regularidades temáticas. Os eixos de análise não foram definidos previamente; ao contrário, emergiram de forma indutiva a partir dos achados recorrentes nos textos. Essa categorização emergente reforça o caráter exploratório da análise, evitando comparações diretas e privilegiando a interpretação contextualizada dos dados.

O quadro a seguir apresenta os textos selecionados, indicando título, autor e ano de defesa:

Quadro 5 Agrupamento de textos selecionados

<b>Grupo</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>
Escolha escolar em contextos privados	As Expectativas das Famílias de Elite Acerca do Papel da Escola	Gabriela Bernardes Makishi Dias	2021
	A Opção Pela Educação Infantil Bilíngue por Famílias de Belo Horizonte	João Eduardo Quadros	2013
	Famílias de Classe Média e Escolas Privadas de São Luís (MA)	Leandro Augusto dos Remédios Costa	2023
Políticas Públicas e acesso à Educação Infantil	A Educação Infantil em tempo integral e os critérios predominantes de matrículas nas capitais brasileiras	Kalinca Costa Pinto das Neves	2021
	Sentidos de cidadania a partir do direito à Educação Infantil: com a palavra os familiares das crianças	Fabiana Ney de Lima Pessanha	2017

Fonte: elaborado pela autora

A sistematização das informações obtidas por meio dos fichamentos possibilitou a identificação de convergências e divergências entre os estudos, destacando tanto as diferentes concepções de família e escola quanto os modos pelos quais a escolha e o acesso à Educação Infantil se articulam às desigualdades sociais.

Após a sistematização dos fichamentos elaborados a partir da BDTD, esta seção apresenta a análise dos principais achados da revisão, buscando relacionar as produções acadêmicas selecionadas ao referencial teórico que fundamenta este estudo. O objetivo é identificar padrões, convergências e divergências entre as pesquisas, bem como aproximações e lacunas que emergem no campo da Educação Infantil quando o olhar se volta à relação entre famílias e instituições escolares.

As cinco dissertações e teses que compõem o *corpus* final revelam diferentes perspectivas sobre o tema, abrangendo tanto os processos de escolha escolar em contextos privados, quanto às questões de acesso e direito à Educação Infantil nas redes públicas. A leitura comparativa permitiu organizar os trabalhos em dois eixos analíticos: (1) Escolha escolar em contextos privados, e (2) Políticas públicas e acesso à Educação Infantil.

A organização e análise das produções selecionadas revelam a complexidade da relação entre famílias e instituições escolares na Educação Infantil. A diversidade de abordagens, contextos e recortes teóricos evidencia tanto a centralidade da escolha escolar nas experiências familiares quanto às desigualdades estruturais que atravessam esse processo. Ainda que os trabalhos selecionados tragam contribuições relevantes, identificam-se lacunas importantes no campo, como a escassez de estudos que contemplem os segmentos populares em suas estratégias de escolha ou enfrentamento diante da ausência de alternativas. A partir dessa sistematização, o capítulo seguinte será dedicado à análise interpretativa dos achados, buscando compreender como esses processos expressam diferentes faces das tensões entre reconhecimento, acesso e prestígio na Educação Infantil.

#### **4 ESCOLHA ESCOLAR COMO PRÁTICA SOCIAL: ENTRE DISTINÇÃO E DIREITO**

A partir do panorama quantitativo e descritivo, a análise avança para uma leitura exploratória dos textos organizados em dois grupos. A opção por grupos temáticos decorre de aproximações observadas nos objetivos de pesquisa, nos referenciais teóricos e nos contextos empíricos, permitindo examinar como a escolha escolar e o acesso à Educação Infantil são narrados por diferentes posições sociais. Essas narrativas constroem também a partir de distintas arquiteturas institucionais.

O procedimento analítico adota três movimentos encadeados. Primeiro, explicita as perguntas que orientam cada grupo, destacando o que se busca compreender no interior de cada recorte. Em seguida, analisa os achados de cada estudo, observando convergências, tensões e singularidades. Por fim, interpreta os elementos presentes nos dois grupos para evidenciar como se articulam, no conjunto do corpus, os discursos de distinção, de direito e de reconhecimento. Sem estabelecer comparações diretas entre os estudos, essa organização permite uma leitura mais sensível que atravessam o campo educacional.

Essa estratégia permite ler a escolha escolar como prática social situada, atravessada por capital cultural, por políticas públicas e por experiências cotidianas das famílias. O exame por grupos mantém a densidade dos estudos singulares e, ao mesmo tempo, ilumina o desenho mais amplo do campo, no qual expectativas familiares e realidades institucionais se encontram e se desencontram. A seção que se segue aprofunda cada grupo, preservando a especificidade dos contextos e explicitando os pontos de contato que produzem um sentido comum para o conjunto analisado.

A leitura conjunta dos cinco trabalhos analisados permite compreender como a escolha escolar e as relações entre família e escola na Educação Infantil aparecem como fenômenos complexos, atravessado por diferentes dimensões simbólica, estrutural e subjetiva que se manifestam de modos diversos nos contextos público e privado investigados. Ao analisar conjuntamente os dois grupos, é possível perceber que, embora partam de realidades distintas, todos os estudos apontam para um

mesmo eixo central: a persistência das desigualdades como elemento estruturante das experiências educacionais das famílias e das crianças brasileiras.

Nos textos do Grupo 1, a escola aparece como espaço de distinção, prestígio e reprodução social. As pesquisas de João Eduardo Quadros (2013), Gabriela Makishi Dias (2021) e Leandro Costa (2023) mostram que, para famílias de classes médias e altas, a escolha escolar ultrapassa o campo pedagógico e se transforma em um marcador de pertencimento. Nesses estudos, a Educação Infantil aparece não apenas como início da trajetória educacional, mas como o primeiro degrau de um projeto de classe, cuidadosamente planejado para acumular capital cultural e simbólico. As decisões das famílias expressam um ideal de infância e de formação vinculado à internacionalização, à excelência e à manutenção de privilégios. As pesquisas reunidas neste grupo evidenciam que, em contextos privados, a escolha da escola é atravessada por lógicas de distinção e reprodução, nas quais o prestígio simbólico da instituição e a expectativa de continuidade de privilégios.

Já no Grupo 2, as pesquisas de Kalinca Neves e Fabiana Pessanha (2021) revelam diferentes dimensões do mesmo problema: o esforço do poder público em garantir o direito à Educação Infantil e as contradições que emergem entre a formulação das políticas e sua efetivação no cotidiano das famílias. As autoras evidenciam que, apesar dos avanços na ampliação da oferta, as políticas ainda operam sob uma lógica seletiva. A universalização do direito se converte, muitas vezes, em focalização, e o discurso da inclusão convive com práticas que reforçam hierarquias e desigualdades. Nos estudos analisados, a desigualdade não aparece apenas como econômica ou espacial, mas também como política: o acesso é frequentemente organizado por critérios de vulnerabilidade, o que faz com que o direito seja vivido, nesses contextos, mais como benefício do que como garantia.

Ao escutar as vozes das famílias, os estudos também revelam que a cidadania é vivida como conquista parcial, permeada por sentimentos de gratidão e impotência diante das falhas do Estado. Nos estudos do Grupo 2, o direito à Educação Infantil, embora formalmente garantido, é vivenciado de maneira desigual, seletiva e, por vezes, ambígua. A ausência de escolha, a espera por vagas e os sentimentos de gratidão e impotência reforçam, nos contextos estudados, a percepção de que o

acesso à escola pública muitas vezes opera sob a lógica do favor, e não como conquista coletiva.

Em síntese, a análise das produções acadêmicas revelou um campo ainda em consolidação, no qual as relações entre famílias e instituições de Educação Infantil são atravessadas por desigualdades persistentes. O delineamento *ex post facto* permitiu compreender essas regularidades a partir de dados consolidados, evidenciando que as escolhas familiares e as políticas públicas expressam diferentes faces de um mesmo fenômeno: a busca por reconhecimento e equidade na educação das crianças pequenas. O capítulo a seguir retoma essas questões à luz dos objetivos propostos e aprofunda a reflexão sobre os limites e possibilidades das pesquisas analisadas, apontando caminhos para futuras investigações.

#### **4.1 Escolha escolar em contextos privados: estratégias de pertencimento e reprodução**

Os três trabalhos que compõem este grupo convergem em torno da compreensão da escolha escolar como um fenômeno social e simbólico, atravessado por relações de poder, capital cultural e estratégias familiares de distinção. Embora desenvolvidos em contextos e períodos distintos, nos três estudos analisados, as decisões das famílias de camadas médias e altas sobre a escolarização dos filhos aparecem enraizadas nas dinâmicas históricas e estruturais de reprodução das desigualdades sociais.

Na dissertação de João Eduardo Quadros, realizada em 2013 na Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada *A Opção pela Educação Infantil Bilíngue por Famílias de Belo Horizonte: Perfil Social e Motivação*, a escolha pela Educação Infantil bilíngue aparece como expressão de um projeto familiar voltado para a internacionalização da formação. O autor identifica nas famílias entrevistadas um alto volume de capital cultural e simbólico, associado à busca por um modelo educacional que combine prestígio e pertencimento a um universo globalizado. Nesses estudos, a escola é apresentada não apenas como espaço de aprendizagem e inserção em redes de sociabilidade específicas.

A tese intitulada *As expectativas das famílias de elite acerca do papel da escola: algumas aproximações*, de Gabriela Bernardes Makishi Dias, resultante da

pesquisa realizada na Universidade de São Paulo, no ano de 2021, amplia esse olhar ao examinar as expectativas das famílias de elite em relação às escolas de alto prestígio em São Paulo. Aqui, o foco se desloca das motivações da escolha para as tensões que emergem na relação entre escola e família, evidenciando o descompasso entre os projetos pedagógicos das instituições e as expectativas parentais. O trabalho revela como as famílias depositam sobre a escola responsabilidades que extrapolam o campo educativo, esperando dela não apenas desempenho acadêmico, mas também a formação moral e social dos filhos. Essa expectativa reforça o papel da escola como mediadora de valores de classe e mantenedora de um espaço de distinção.

Já a tese intitulada *Famílias de classe média e escolas privadas de São Luís (MA): da escolha do estabelecimento de ensino à reprodução da desigualdade*, de Leandro Augusto dos Remédios Costa, construída em 2023, na Universidade Federal do Maranhão, analisa a escolha escolar em outro cenário geográfico e sociocultural, mas encontra dinâmicas semelhantes. Ao investigar famílias de classe média em São Luís, o autor identifica que a decisão pela escola privada é também uma forma de afirmação de pertencimento e preservação de status, sustentada por critérios que valorizam a homogeneidade social do corpo discente e a reputação da instituição. Assim como nos outros dois estudos, nos estudos analisados, a escolha aparece menos como ato individual e mais como prática social, atravessada por heranças culturais e expectativas de mobilidade.

Apesar das diferenças entre os contextos analisados, uma capital do Sudeste, outra do Nordeste e o recorte específico da elite paulistana, os três trabalhos evidenciam a permanência de um padrão: os três estudos indicam a escola privada como espaço de reprodução simbólica das desigualdades. Em todos eles, as famílias atuam como agentes de seleção e distinção, reforçando fronteiras sociais desde a Educação Infantil. O discurso da qualidade e da excelência, frequentemente mobilizado para justificar essas escolhas, aparece como um revestimento simbólico e ideológico que mascaram as lógicas de exclusão que estruturam o campo educacional.

Ao observar essas pesquisas em diálogo, é possível perceber como a escolarização precoce se insere em um projeto de classe que visa consolidar

vantagens sociais, culturais e econômicas. As motivações se articulam a um ideal de “boa infância” e de “boa escola”, ambos permeados por valores de consumo, sucesso e prestígio. Esses estudos, em conjunto, ajudam a compreender que a escolha escolar não é apenas uma decisão racional ou afetiva, mas um ato político e social que reflete e reforça desigualdades estruturais.

O estudo de João Quadros (2013) investiga as razões que levam famílias de camadas socialmente favorecidas a escolher escolas de Educação Infantil bilíngue em Belo Horizonte, buscando compreender como essa decisão se relaciona às estratégias de escolarização e à reprodução das desigualdades educacionais. Parte da constatação de que o crescimento desse tipo de instituição no Brasil acompanha um movimento mais amplo de internacionalização da educação e de valorização de experiências voltadas à formação global. Nesse contexto, a escolha pela escola se torna também um reflexo das posições sociais e culturais ocupadas pelas famílias.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de entrevistas com pais, mães, professores e gestores de três escolas de Educação Infantil bilíngue, utilizando uma abordagem qualitativa e documental inspirada em estudos sociológicos sobre educação e cultura. Os resultados mostram que as famílias que optam por esse tipo de instituição possuem um elevado volume de capital cultural e econômico, expressos tanto no domínio de outros idiomas quanto na valorização de práticas e experiências cosmopolitas. Essas características, no contexto investigado, são interpretadas como formas de distinção e reafirmação simbólica de pertencimento. a determinados grupos sociais.

Embora o discurso das famílias ressalte o valor pedagógico e cultural da educação bilíngue, o estudo revela que, na prática, essa escolha também carrega significados de status e prestígio. A escola aparece como um espaço de sociabilidade e de projeção social, um ambiente que permite consolidar redes e valores associados à ideia de sucesso e mobilidade. Assim, a Educação Infantil bilíngue é percebida não apenas como meio de ampliação de oportunidades, mas como estratégia de manutenção de privilégios e de diferenciação social.

O trabalho contribui de maneira significativa para compreender como a escolha escolar, mesmo em contextos de primeira infância, é atravessada por fatores

estruturais e simbólicos. Ao evidenciar a presença de desigualdades e hierarquias nas formas de acesso e nas expectativas das famílias, o estudo amplia o debate sobre as relações entre classe social, cultura e educação. Apesar de circunscrito a um número limitado de instituições, o olhar lançado pelo autor ajuda a pensar a Educação Infantil como um espaço onde se iniciam, de forma precoce, processos de segmentação e reprodução social que, embora sutis, se manifestam desde os primeiros anos da trajetória escolar, conferindo à Educação Infantil um papel estratégico na manutenção das hierarquias sociais.

O estudo realizado por Gabriela Bernardes Makishi Dias (2021), com base em pesquisa desenvolvida na Universidade de São Paulo, investiga como famílias pertencentes à elite econômica constroem suas expectativas em relação à escola dos filhos e de que modo essas percepções revelam tensões entre os valores familiares e o projeto pedagógico institucional. A pesquisa foi realizada em uma escola privada de elite na zona sul de São Paulo e analisou dados coletados entre 2013 e 2019, combinando questionários aplicados pela própria instituição, entrevistas com coordenadoras e observações de reuniões de apresentação escolar. Essa combinação metodológica permitiu compreender não apenas o discurso das famílias, mas também o modo como a escola se posiciona diante das demandas de um público exigente e socialmente privilegiado.

O trabalho evidencia um descompasso entre o que as famílias esperam da escola e aquilo que a instituição entende como seu papel educativo. Enquanto os pais tendem a valorizar o desempenho acadêmico, o status social e a preparação para o mercado competitivo, a escola busca sustentar um discurso pedagógico centrado na formação integral, na autonomia e no pensamento crítico. Esse desencontro entre perspectivas acaba por revelar diferentes concepções de infância, de aprendizagem e de sucesso escolar, gerando conflitos sutis, mas constantes, na relação entre escola e família.

Ao analisar o conteúdo das falas e práticas observadas, a autora mostra que muitas famílias esperam que a escola assuma funções tradicionalmente familiares, como a transmissão de valores morais, a disciplina e o controle das condutas. Essa transferência de responsabilidades expressa uma confiança delegada à instituição, mas também evidencia a busca por uma escolarização total, capaz de garantir o

desempenho e o comportamento esperados. Nessa lógica, a escola é vista como uma extensão da lógica familiar e, ao mesmo tempo, como símbolo de pertencimento a um grupo social de referência.

A pesquisa contribui de maneira importante para compreender como o mercado educacional privado opera na reprodução de desigualdades e como as expectativas parentais moldam o cotidiano escolar. Ao revelar as ambiguidades da relação entre escola e famílias de elite, o estudo provoca reflexões sobre o lugar da Educação Infantil nas dinâmicas de distinção social e sobre os limites da ação pedagógica diante de demandas externas. Mesmo circunscrita a uma única instituição, a investigação oferece um retrato denso das complexas negociações que configuram a experiência escolar de grupos privilegiados e suas tentativas de conciliar prestígio, tradição e inovação educativa.

Por fim, a tese de Leandro Costa (2023), investiga como famílias de classe média constroem suas escolhas por escolas privadas de alto custo em São Luís, no Maranhão, e de que forma essas decisões se relacionam com os processos de reprodução das desigualdades sociais. A pesquisa parte da compreensão de que, nos contextos analisados, o acesso à escola não se restringe à busca por qualidade pedagógica, mas envolve também estratégias simbólicas e sociais que reafirmam posições de classe e garantem determinados lugares de pertencimento.

Com base em um estudo de caso qualitativo, o autor realizou entrevistas com pais e mães de alunos matriculados em duas escolas privadas de prestígio, além de analisar estatísticas sobre classes médias, arranjos familiares e indicadores educacionais. Essa triangulação entre dados empíricos e referenciais teóricos permitiu identificar o papel central das representações sociais e do capital cultural na definição do que se considera uma “boa escola”. As famílias, em sua maioria, articulam critérios que vão muito além do pedagógico, priorizando o perfil dos colegas, a reputação da instituição e as redes de contatos que ela possibilita.

A pesquisa mostra que o processo de escolha é marcado por estratégias conscientes de distinção. A escola, nesse cenário, aparece como um investimento social e simbólico que reafirma um ideal de sucesso e assegura a continuidade de privilégios. O autor destaca que as próprias instituições privadas também participam

ativamente desse processo, selecionando seus alunos por meio de mecanismos implícitos de exclusão, como exigências de comportamentos esperados, entrevistas com os pais ou critérios velados de seleção, reforçando a segmentação educacional. Essa relação de dupla via entre famílias e escolas contribui para naturalizar a desigualdade como parte da lógica de funcionamento do sistema educacional brasileiro.

O trabalho oferece uma leitura crítica sobre o papel das escolas privadas na reprodução da hierarquia social e no fortalecimento das fronteiras entre o público e o privado. Ao iluminar as práticas e discursos das famílias de classe média, o estudo revela como a escolha escolar se torna um espaço de expressão de valores, identidades e aspirações de status. Ainda que restrita a duas instituições, a análise traz contribuições significativas para compreender as dinâmicas simbólicas que sustentam o mercado educacional e os modos sutis pelos quais a escola se transforma em um instrumento de diferenciação social desde os primeiros anos da trajetória educacional.

#### **4.2 Direito à educação e políticas públicas: entre conquistas e contradições**

Os dois trabalhos que compõem este grupo compartilham uma mesma preocupação: compreender de que modo as políticas públicas de Educação Infantil, embora fundamentadas no princípio do direito à educação, ainda operam sob lógicas seletivas que dificultam a efetivação da equidade. A dissertação de Kalinca Costa Pinto das Neves (2021) analisa o acesso à Educação Infantil na rede pública a partir de políticas e programas governamentais, enquanto a pesquisa de Fabiana Nery de Lima Pessanha (2017) desloca o olhar para as experiências e percepções das famílias em relação a esse direito. Em conjunto, as duas autoras constroem um retrato denso das contradições entre o discurso da universalização e a prática da seletividade tal como se expressam, nos estudos analisados, nas políticas de Educação Infantil.

A dissertação *A Educação Infantil em tempo integral e os critérios predominantes de matrícula nas capitais brasileiras*, de Kalinca Neves (2021), amplia o olhar para as capitais brasileiras e revela que a tensão entre universalização e focalização continua presente. A autora mostra que, em grande parte dos municípios, o acesso ao tempo integral está condicionado a critérios socioeconômicos, como

renda e inserção em programas de assistência. Embora essa focalização busque priorizar quem mais precisa, ela também explicita a insuficiência da oferta pública e a persistência de uma visão compensatória da Educação Infantil. Nessa análise, o tempo integral aparece como um privilégio para poucos, e não como um direito efetivamente garantido a todas as crianças

Já a pesquisa de Fabiana Pessanha (2017), desenvolvida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, intitulada *Sentidos de cidadania a partir do direito à Educação Infantil: com palavra, os familiares das crianças*, acrescenta uma dimensão subjetiva e social ao debate ao ouvir as vozes das famílias usuárias da rede pública de Maricá. Por meio de uma escuta sensível e fundamentada em uma abordagem dialógica inspirada em Bakhtin, a autora investiga como pais e responsáveis compreendem o direito à Educação Infantil e constroem sentidos de cidadania a partir dessa experiência. Suas análises revelam que o acesso à creche e à pré-escola é vivido mais como conquista do que como direito garantido, o que, no contexto estudado, evidencia a distância entre a promessa constitucional e a vivência cotidiana das famílias. A escola aparece, nas falas das famílias, como espaço de cuidado, proteção e pertencimento, mas também de ausência e luta constante por reconhecimento.

Ao serem lidas em conjunto, as duas pesquisas evidenciam que, nos estudos analisados, as políticas públicas da Educação Infantil oscilam entre avanços institucionais e contradições estruturais. Se Neves aponta os limites da ação estatal e a persistência de uma lógica compensatória que transforma direitos em benefícios condicionados, Pessanha amplia o olhar para os efeitos simbólicos dessa política sobre os sujeitos que dela dependem. Nesses estudos, a desigualdade, portanto, não se manifesta apenas no acesso físico às vagas, mas também nas formas como as famílias se percebem dentro desse sistema: ora reconhecidas, ora silenciadas.

Assim, os dois trabalhos convergem na defesa de uma Educação Infantil verdadeiramente pública, equitativa e universal, que supere a lógica da focalização e reconheça as famílias como sujeitos de direito, não como beneficiárias de políticas compensatórias. A efetivação desse direito implica mais do que expansão de vagas: requer um Estado capaz de escutar, redistribuir e reconhecer as diferenças que atravessam o território e as experiências das crianças brasileiras.

Kalinca Neves (2021) investiga como as capitais brasileiras têm definido os critérios de seleção para o acesso à Educação Infantil em tempo integral e de que forma essas políticas dialogam com o princípio do direito universal à educação. A autora parte do reconhecimento de que, embora a Constituição e a LDB assegurem a Educação Infantil como direito público e subjetivo, a oferta em tempo integral ainda é restrita e marcada por mecanismos seletivos que expõem as limitações do Estado em garantir esse direito de forma igualitária.

A pesquisa é de caráter exploratório e qualitativo, baseada em análise documental de normativas e regulamentos das Secretarias Municipais de Educação das capitais do país. Os dados foram sistematizados com o apoio do software NVivo, o que possibilitou a identificação e categorização dos critérios de matrícula mais recorrentes. As análises evidenciam que, em grande parte dos municípios, a seleção das crianças está vinculada a fatores socioeconômicos, como renda familiar, inserção em programas de transferência de renda e condições de vulnerabilidade.

Ainda que esses critérios expressem uma tentativa de priorizar os grupos socialmente mais frágeis, o estudo aponta que essa forma de focalização não garante equidade plena. Ao contrário, reforça a lógica de escassez e de compensação, na qual o acesso se torna privilégio de poucos e o direito à Educação Infantil é relativizado. A autora observa que, ao adotar políticas seletivas, o Estado reconhece sua incapacidade de universalizar o atendimento, convertendo um direito constitucional em um benefício condicionado.

A dissertação amplia o debate sobre as políticas públicas da primeira infância ao revelar as contradições entre o discurso da universalização e a prática da seletividade. Ao mesmo tempo em que reconhece avanços na ampliação da oferta pública, o trabalho evidencia as persistentes desigualdades regionais e estruturais que atravessam o país. As análises também permitem refletir sobre a distância entre o direito proclamado e o direito efetivado, especialmente quando o tempo integral, associado à ideia de cuidado e proteção social, passa a ser destinado apenas a determinados grupos.

A dissertação contribui para compreender como, ao tentar corrigir desigualdades, certas políticas acabam por perpetuá-las. Ao colocar em questão os

critérios de matrícula e as formas de regulação do acesso, a autora convoca uma reflexão sobre a urgência de repensar a Educação Infantil como um bem comum, e não como um recurso escasso a ser distribuído segundo graus de vulnerabilidade. Essa perspectiva aproxima a discussão da noção de justiça social e da necessidade de políticas públicas que garantam, de fato, o direito de todas as crianças a uma educação de qualidade, integral e equitativa.

Já em Fabiana Pessanha (2017), a pesquisa parte de uma escuta sensível às vozes familiares para compreender os sentidos de cidadania construídos a partir da garantia do direito à Educação Infantil. Realizada em uma escola municipal de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, a investigação se propõe a compreender como pais e responsáveis percebem o direito à educação, suas experiências com o poder público e as expectativas em relação à escola dos filhos. O estudo aproxima a dimensão cotidiana das famílias do debate político e social sobre a infância, permitindo que os discursos parentais revelem tensões entre a promessa do direito e sua efetivação real.

Com uma abordagem qualitativa, a autora utiliza entrevistas com familiares e análise de documentos oficiais, articulando o referencial da teoria crítica e o pensamento bakhtiniano. Essa perspectiva dialógica permite entender a cidadania não como um conceito abstrato, mas como um processo vivido, construído nas interações entre sujeitos e instituições. A análise mostra que as famílias reconhecem a escola como um espaço fundamental de acesso a direitos, mas também manifestam frustrações diante das limitações estruturais da rede pública. Entre a esperança e a desconfiança, suas falas revelam uma percepção de cidadania marcada por contradições: o reconhecimento do direito convive com a experiência cotidiana da falta.

Os resultados apontam que as famílias atribuem à escola um papel que vai além da dimensão pedagógica. Ela é vista como um espaço de proteção, cuidado e pertencimento, mas também como um campo de disputa, onde a relação com o Estado se concretiza em formas diversas de reconhecimento e invisibilidade. O estudo evidencia que, para muitas famílias, o acesso à creche ou à pré-escola é vivido como conquista, e não como direito garantido. Essa percepção reforça a distância entre a formulação das políticas públicas e as condições concretas de vida da população que delas depende.

Ao colocar as vozes familiares no centro da análise, o trabalho rompe com uma tradição que costuma falar sobre as famílias, mas raramente as escuta. Essa inversão metodológica e ética permite compreender a Educação Infantil como espaço de construção de sentidos sociais e políticos, onde a cidadania se aprende e se experimenta. A dissertação amplia o debate sobre o papel da escola pública na consolidação da democracia, ao mostrar que o reconhecimento das famílias como sujeitos de direito passa necessariamente pela escuta e pelo diálogo. Mais do que avaliar a eficácia das políticas, a pesquisa convida a refletir sobre o tipo de relação que o Estado estabelece com as infâncias e suas famílias, e sobre o quanto ainda é preciso avançar para que o direito à educação seja vivido de forma plena e digna.

Em conjunto, os dois estudos analisados neste grupo evidenciam que o direito à Educação Infantil ainda se realiza, nos contextos pesquisados, de forma parcial, seletiva e desigual. As políticas públicas analisadas revelam tensões entre discurso e prática, entre a universalização prometida e a focalização implementada. Seja pelos critérios de acesso, pela escassez da oferta ou pela ausência de escuta, o que emerge é uma realidade em que o direito tende a se converter, muitas vezes, em privilégio. Para além da ampliação numérica, a efetivação desse direito exige, segundo as autoras, um Estado capaz de reconhecer, escutar e redistribuir com justiça, construindo caminhos que tornem a Educação Infantil, de fato, pública, democrática e equitativa.

A leitura exploratória dos dois grupos de estudos aqui analisados permite compreender que, nos estudos analisados, a escolha escolar na Educação Infantil, tal como aparece nas análises, longe de ser uma decisão neutra ou exclusivamente afetiva, constitui-se como uma prática social profundamente atravessada por desigualdades estruturais, simbólicas e institucionais. A partir de realidades distintas, ora no interior do mercado educacional privado, ora nas políticas públicas voltadas à ampliação do direito, os trabalhos revelam como o acesso à escola, suas formas de mediação e os sentidos atribuídos à experiência escolar pelas famílias estão marcados por lógicas desiguais de pertencimento e reconhecimento.

Nos contextos privados, a escola aparece como espaço de distinção e reafirmação de status, sendo a escolha guiada por projetos familiares que visam acumular capital cultural, preservar privilégios e reforçar identidades de classe. Nesse

cenário, a Educação Infantil é convertida em etapa estratégica de um itinerário planejado para garantir vantagens simbólicas e materiais, onde o discurso da qualidade camufla mecanismos de exclusão. Por outro lado, nos contextos públicos, o direito à Educação Infantil aparece, nos estudos analisados, como se realizando de modo condicionado, seletivo e, muitas vezes, ambíguo. As famílias participantes desses estudos, embora reconheçam a importância da escola, vivenciam o acesso como conquista parcial, frequentemente mediada por sentimentos de gratidão ou frustração, e marcada pela espera, pela ausência de escolha e pela distância entre promessa e efetivação do direito.

Ambos os grupos contribuem para construir um retrato plural e denso da realidade educacional brasileira, revelando que as desigualdades não se manifestam apenas no acesso ou na infraestrutura, mas também nos sentidos atribuídos à escola, nas expectativas depositadas sobre ela e nas experiências concretas das famílias. A Educação Infantil, nesse conjunto, emerge como território onde se iniciam e, muitas vezes, se naturalizam os processos de segmentação e hierarquização que acompanharão as trajetórias escolares futuras.

Ainda que partam de objetos e metodologias distintas, as pesquisas analisadas apontam para uma convergência significativa: a escolha da escola e o acesso à Educação Infantil refletem e, ao mesmo tempo, produzem desigualdades. Seja por meio da distinção simbólica nos contextos de elite, seja pela focalização seletiva nas políticas públicas, o que se evidencia é a permanência de um modelo educacional que, em vez de mitigar, tende a reproduzir assimetrias sociais desde os primeiros anos da infância.

Essa constatação convida a uma reflexão mais profunda sobre o papel da escola na construção de uma sociedade democrática e equitativa. Se o direito à educação é inegociável, torna-se urgente repensar as formas de acesso, os critérios de matrícula, os projetos pedagógicos e, sobretudo, os modos de escuta das famílias, não apenas como usuárias do sistema, mas como sujeitos políticos e históricos, portadores de expectativas, saberes e experiências legítimas. Ao colocar em evidência as desigualdades persistentes, os estudos aqui reunidos não apenas descrevem uma realidade, mas também apontam para a necessidade de transformá-la.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada nesta dissertação permitiu evidenciar que a escolha da escola de Educação Infantil é um fenômeno complexo, multidimensional e profundamente marcado pelas desigualdades que estruturam a sociedade brasileira. O que, à primeira vista, poderia ser interpretado como um processo simples ou como mera preferência familiar, revela-se, sob análise, como prática social condicionada por capitais culturais e econômicos, por políticas públicas em tensão permanente e por concepções institucionais de infância que operam de modo desigual nos setores público e privado.

O percurso teórico desenvolvido foi fundamental para situar essa discussão. Ao compreender a infância como construção histórica e política, rompe-se com perspectivas naturalizantes que acabam por ocultar as forças que moldam as experiências infantis e as expectativas que recaem sobre as crianças em diferentes grupos sociais. O diálogo com autores como Ariès, Qvortrup, Arendt, Warde e Kramer permitiu reconhecer que a infância no Brasil, embora juridicamente afirmada como direito universal, permanece atravessada por desigualdades que afetam tanto suas condições de existência quanto a forma como é interpretada pelas instituições educacionais. A escola de Educação Infantil emerge, nesse contexto, não apenas como espaço de cuidado e aprendizagem, mas como instituição que reinscreve as contradições do mundo social, naturalizando hierarquias, ampliando desigualdades ou, em alguns casos, tensionando-as.

A reconstrução histórica da legislação evidenciou que, embora o país tenha avançado significativamente no reconhecimento da Educação Infantil como direito, persiste uma marcada distância entre o arcabouço normativo e as condições reais de oferta. Marcos como a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais, a BNCC, a Emenda Constitucional nº 59 e o novo FUNDEB representam conquistas importantes, mas ainda insuficientes para assegurar acesso equitativo e qualidade. As políticas analisadas evidenciam contradições entre a promessa da universalização e uma prática frequentemente seletiva, especialmente nos critérios de acesso ao tempo integral, no financiamento desigual entre territórios e na escassez de estruturas que garantam condições pedagógicas adequadas.

A análise dos estudos selecionados na BDTD reforçou esse diagnóstico. Nos contextos privados, a escolha escolar aparece como estratégia de distinção simbólica e reprodução social. As famílias mobilizam capitais culturais e econômicos para inserir as crianças em instituições que correspondam ao projeto de classe que desejam afirmar. A Educação Infantil torna-se parte de uma trajetória planejada, orientada por expectativas de excelência, desempenho, internacionalização e pertencimento a redes sociais específicas. A noção de qualidade, amplamente mobilizada nesses contextos, mostra-se atrelada a valores de controle, disciplina, reforço de identidades e manutenção de privilégios.

Nos contextos públicos, por sua vez, a escolha é frequentemente inexistente. A insuficiência de vagas, a distância entre a legislação e as condições reais de atendimento, a focalização das políticas de tempo integral e as desigualdades entre municípios revelam que o direito à Educação Infantil se concretiza de forma parcial. As famílias vivenciam o acesso como conquista frágil, mediada por sentimentos de gratidão e por uma cidadania negociada. Os relatos presentes nas pesquisas expressam esperança e reconhecimento da importância da escola, mas também denunciam ausências, longas esperas e fragilidades que marcam o cotidiano de quem depende do setor público. A cidadania, nesse cenário, é vivida entre reconhecimento e silenciamento, entre expectativa e frustração.

Além dos resultados analíticos, esta pesquisa contribui metodologicamente ao sistematizar produções acadêmicas ainda dispersas, por meio da construção de critérios de busca, seleção, categorização e análise. O percurso metodológico desenvolvido, bem como os instrumentos utilizados na organização dos dados, pode subsidiar futuras investigações interessadas no tema, oferecendo referências para novas revisões e aprofundamentos.

A leitura integral dos estudos permitiu identificar a coexistência de dois modelos de relação entre famílias e instituições. Um é orientado pela lógica da distinção, no qual a escolha opera como afirmação identitária e como estratégia de preservação de privilégios. O outro é configurado pela escassez, no qual a ausência de alternativas transforma a escola pública em espaço de acolhimento possível, ainda que marcado por limitações. Ambos os modelos revelam como as desigualdades se inscrevem desde a primeira infância, estruturando trajetórias educacionais

profundamente distintas e evidenciando que a escolha da escola de Educação Infantil não assume o mesmo significado nos diferentes contextos sociais.

A pesquisa também evidenciou, como um de seus achados centrais, a reduzida quantidade de produções acadêmicas dedicadas diretamente à escolha da escola de Educação Infantil pelas famílias, indicando que se trata de um campo ainda pouco explorado. Além disso, há escassez de investigações que analisem de forma mais profunda o papel das propostas pedagógicas como critério de escolha das famílias, o que sugere a necessidade de ampliar o debate sobre as concepções de infância que orientam as decisões parentais e institucionais. Essas lacunas indicam que o campo ainda carece de pesquisas que considerem a diversidade sociocultural do país e que ampliem a escuta às vozes historicamente silenciadas. Ao mesmo tempo, o recorte adotado nessa pesquisa permitiu identificar essas lacunas e delinear caminhos possíveis para investigações futuras, especialmente aquelas que incluam abordagens empíricas e ampliem a diversidade de contextos analisados.

Ao reunir, organizar e analisar produções acadêmicas ainda pouco sistematizadas, esta dissertação contribui para o adensamento de um campo de estudos que, embora relevante, permanece pouco explorado na área da Educação Infantil. Ao explicitar tendências, tensões e lacunas, o estudo amplia as possibilidades de compreensão sobre a escolha escolar nesse nível de ensino e oferece subsídios para o desenvolvimento de novas pesquisas.

Os resultados desta dissertação mostram que a escolha escolar é menos expressão de preferências individuais e mais reflexo das condições sociais em que as famílias estão inseridas. A segmentação entre público e privado estrutura não apenas o acesso, mas também os sentidos atribuídos à escola, as expectativas em relação ao futuro e as possibilidades efetivas de aprendizagem e pertencimento. Essa segmentação produz e reproduz desigualdades que desafiam qualquer leitura simplista da Educação Infantil como etapa homogênea ou universal.

Para que a Educação Infantil se consolide como direito, é necessário ampliar investimentos, fortalecer a formação docente, garantir condições de trabalho adequadas, valorizar práticas pedagógicas contextualizadas e, sobretudo, reconhecer as famílias como sujeitos ativos e legítimos no processo educativo. As

políticas públicas precisam ir além da ampliação de vagas e enfrentar diretamente a lógica da segmentação que organiza o campo educacional no Brasil. A equidade, nesse contexto, não é apenas meta normativa, mas compromisso ético e político com a infância.

Ao evidenciar como expectativas familiares, políticas públicas e estruturas institucionais se encontram e, muitas vezes, se desencontram no cotidiano da Educação Infantil, esta dissertação reafirma que o direito à infância não se reduz ao direito à matrícula. Implica condições reais de acolhimento, participação, respeito, aprendizagem e justiça. Transformar a Educação Infantil em espaço de equidade exige que o Estado, as instituições escolares e a sociedade assumam responsabilidade pelo mundo que apresentam às crianças e pelo que ainda lhes é negado. Somente assim será possível construir caminhos que garantam às crianças pequenas não apenas acesso à escola, mas o direito à experiências educativas que respeitem suas singularidades e contribuam para um futuro verdadeiramente mais justo, plural e democrático.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1985.

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

APPLE, Michael W. *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2006.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BERNSTEIN, Basil. *A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle*. Petrópolis: Vozes, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 41-60.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Altera a Constituição Federal para tornar permanente o FUNDEB. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 ago. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 nov. 2009.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2009.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COSTA, Leandro Augusto dos Remédios. *Famílias de classe média e escolas privadas de São Luís (MA)*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br>. Acesso em: 13 set. 2025.

DIAS, Gabriela Bernardes Makishi. *As expectativas das famílias de elite acerca do papel da escola*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br>. Acesso em: 13 set. 2025.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1995.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENGUITA, Mariano Fernández. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

KRAMER, Sonia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NARODOWSKI, Mariano. *Infância e poder: conformação da pedagogia moderna*. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEVES, Kalinca Costa Pinto das. *A Educação Infantil em Tempo Integral e os critérios predominantes de matrícula nas capitais brasileiras*. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br>. Acesso em: 13 set. 2025.

NOGUEIRA, Maria Alice. *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes, 2004.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

PERRENOUD, Philippe. *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PESSANHA, Fabiana Nery de Lima. *Sentidos de cidadania a partir do direito à Educação Infantil*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br>. Acesso em: 13 set. 2025.

PINEAU, Pablo. Como a noite engendra o dia e o dia engendra a noite: revisando o vínculo da produção mútua entre escola e Modernidade. *Pro-Posições*, Campinas, v. 19, n. 3, dez. 2008.

PRIORI, Angelo. *Infância e história: uma arqueologia das práticas educativas*. Curitiba: Appris, 2013.

QUADROS, João Eduardo. *A opção pela Educação Infantil bilíngue por famílias de Belo Horizonte*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br>. Acesso em: 13 set. 2025.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-644, maio/ago. 2010.

QVORTRUP, Jens. *Childhood matters: social theory, practice and politics*. Aldershot: Avebury, 1993.

RAMOS, Tânia. *Infância, escola e modernidade*. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, Viviane Teixeira Alves. *A escolha dos estabelecimentos de ensino públicos por famílias na cidade de Carangola (MG)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br>. Acesso em: 13 set. 2025.

TASSINARI, Angela. *Infância indígena e educação*. São Paulo: Cortez, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TUÃO, Renata Spadetti. *A Campanha Nacional pelo Direito à Educação*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br>. Acesso em: 13 set. 2025.

VILANOVA, Laisa Kelly. *O Programa Primeira Escola da Prefeitura de Belo Horizonte*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br>. Acesso em: 13 set. 2025.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-47, jun. 2001.

WARDE, Miriam Jorge. Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 21-39, jan./jun. 2007.

WEBER, Max. *Ensaios de sociologia*. São Paulo: LTC, 2004.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A- Linha do Tempo

#### ANTES DO SÉCULO XX

A criança é compreendida como um adulto em miniatura, sem reconhecimento de direitos, necessidades ou especificidades próprias. A infância não é concebida como construção histórica, social ou política, mas como fase transitória da vida.

**Infância invisibilizada como categoria social**

#### DÉCADAS DE 1940-1970

A creche surge vinculada à assistência social, ao trabalho feminino e ao controle das classes populares. O atendimento às crianças pequenas assume caráter compensatório e tutelar, marcando a separação histórica entre cuidado e educação e inaugurando processos de segmentação desde a origem.

**Educação Infantil como política assistencial**

**1959**

Estabelece princípios universais de proteção à criança, inaugurando o reconhecimento internacional da infância como sujeito de direitos, ainda distante da efetivação concreta em muitos contextos nacionais.

**Declaração dos Direitos da Criança (ONU)**

**1959**

Analisa a escola como espaço de reprodução simbólica das desigualdades sociais. Introduce os conceitos de capital cultural e habitus, fundamentais para compreender a segmentação educacional e as escolhas escolares como práticas socialmente condicionadas.

**Bourdieu & Passeron, em A Reprodução**

**1988**

Reconhece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. A Educação Infantil passa a ser responsabilidade estatal, ainda que o atendimento às crianças pequenas permaneça marcado por desigualdades regionais e institucionais.

**Constituição Federal (Brasil)**

**1989**

Consolida a criança como sujeito de direitos civis, sociais e culturais, influenciando diretamente a formulação de políticas públicas no Brasil e reforçando o princípio da proteção integral.

**Convenção dos Direitos da Criança (ONU)**

**1990**

Critica a culpabilização das crianças e de suas famílias pelo fracasso escolar, deslocando o foco para as condições estruturais do sistema educacional e suas desigualdades.

**Maria Helena Souza Patto, em A produção do fracasso escolar**

**1996**

Define a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, organizada em creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos). Apesar do avanço legal, mantém a coexistência de redes públicas e privadas com padrões distintos de acesso e qualidade.

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**

**1990**

Afirma o princípio da proteção integral e reconhece a Educação Infantil como direito da criança desde os primeiros anos de vida, sob corresponsabilidade entre Estado, família e sociedade.

**Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**

**1993**

Propõe a infância como categoria estrutural da sociedade, inserida em relações econômicas, políticas e culturais, rompendo com visões exclusivamente desenvolvimentistas.

**Jens Qvortrup, em Sociologia da Infância**

**2001**

Estabelece metas para a expansão da Educação Infantil, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento infantil, ao mesmo tempo em que evidencia limites estruturais e financeiros para a universalização do atendimento.

**Plano Nacional de Educação (PNE)**

**2001**

Analisa a escola como construção histórica, marcada por tempos, espaços e normas específicas, contribuindo para compreender os processos de escolarização da infância.

**Vincent, Lahire e Thin,  
Sobre a forma escolar**

**2006**

Analisa o currículo como campo de disputas simbólicas e políticas, contribuindo para compreender discursos de qualidade, mérito e distinção escolar.

**Michael Apple,  
em Educação e poder**

**2009**

Estabelecem princípios éticos, políticos e pedagógicos para a Educação Infantil, reconhecendo a criança como sujeito histórico e de direitos e defendendo a indissociabilidade entre educar e cuidar.

**Diretrizes Curriculares Nacionais  
para a Educação Infantil (DCNEI)**

**2006**

Amplia a escolarização obrigatória e impacta diretamente a organização da Educação Infantil, alterando expectativas familiares e intensificando processos de escolarização da infância.

**Ensino Fundamental com  
nove anos**

**2009**

Torna obrigatória a matrícula escolar a partir dos 4 anos de idade, intensificando a relação entre famílias e sistema educacional e deslocando a escolha escolar do campo do desejo para o da obrigação legal.

**Emenda Constitucional nº 59**

**2011**

Evidencia contradições entre ampliação do acesso, discursos de democratização e manutenção de desigualdades estruturais na Educação Infantil brasileira.

**Sônia Kramer,  
em A política do pré-escolar no Brasil:  
a arte do disfarce**

**2014**

Define metas de universalização da pré-escola e ampliação do atendimento em creches, expondo tensões entre expansão, qualidade e equidade no território nacional.

**Plano Nacional de Educação  
(2014–2024)**

**2020**

Torna permanente o financiamento da educação básica e amplia recursos para a Educação Infantil. Representa avanço estrutural, mas não elimina desigualdades históricas entre redes, municípios e formas de oferta.

**Novo FUNDEB**

**2017**




Define direitos de aprendizagem e campos de experiência para a Educação Infantil, suscitando debates sobre padronização curricular, diversidade das práticas educativas e expectativas de escolarização.

**Base Nacional Comum Curricular  
(BNCC)**

**2020–2023**

O fechamento das escolas explicita desigualdades sociais, territoriais e institucionais. Intensifica-se a relação família–escola e o cuidado emerge como dimensão central, recolocando tensões entre assistência, educação e escolarização precoce. No retorno gradual ao presencial, intensificam-se debates sobre currículo, avaliação, rotinas e expectativas de aprendizagem, especialmente na Educação Infantil. Pesquisas passam a evidenciar os impactos desiguais do isolamento social na infância, a sobrecarga das famílias e o aprofundamento das diferenças entre redes públicas e privadas.

**Pandemia de Covid-19**

-  **Legislação e políticas públicas brasileiras**
-  **Produção teórica**
-  **Documentos internacionais**

Apêndice B: Estrutura do formulário - fichamento

<b>IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO</b>
Título: _____ Autoria: _____ Ano de publicação: _____ Nome da instituição responsável pela publicação: _____
<b>TIPO DE DOCUMENTO</b>
<input type="checkbox"/> Artigo Científico <input type="checkbox"/> Dissertação de Mestrado <input type="checkbox"/> Tese de Doutorado <input type="checkbox"/> Outro: _____
<b>TIPO DE PESQUISA</b>
<input type="checkbox"/> Bibliográfica <input type="checkbox"/> Documental <input type="checkbox"/> Estudo de Caso <input type="checkbox"/> Experimental <input type="checkbox"/> Mista <input type="checkbox"/> Exploratória <input type="checkbox"/> Pesquisa Etnográfica <input type="checkbox"/> Qualitativa <input type="checkbox"/> Quantitativa <input type="checkbox"/> Outro: _____
<b>LOCAL DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO</b>
Cidade: _____ Estado: _____ País: _____
<b>TIPO DE INSTITUIÇÃO ESTUDADA</b>
<input type="checkbox"/> Rede Privada <input type="checkbox"/> Rede Pública <input type="checkbox"/> Educação Conveniada <input type="checkbox"/> Educação Filantrópica <input type="checkbox"/> Outro: _____
<b>LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA</b>
<input type="checkbox"/> Zona Urbana <input type="checkbox"/> Zona Rural <input type="checkbox"/> Ambas
<b>REGIÃO DA PESQUISA</b>
<input type="checkbox"/> Norte <input type="checkbox"/> Nordeste <input type="checkbox"/> Centro-Oeste <input type="checkbox"/> Sudeste <input type="checkbox"/> Sul <input type="checkbox"/> Abrangência Nacional

<b>RESUMO DO ESTUDO</b>
<i>Colocar as principais ideias da pesquisa, incluindo a questão investigada, metodologia e principais resultados.</i>
<b>METODOLOGIA</b>
<i>Espaço para descrever as técnicas de coleta e análise de dados utilizadas no estudo, como entrevistas, questionários, análise documental, uso de estatísticas etc.</i>
<b>OBJETIVO DO ESTUDO</b>
<i>Registrar o objetivo principal da pesquisa, ajudando a compreender sua finalidade e contribuição para o campo educacional</i>
<b>PRINCIPAIS CONCLUSÕES</b>
<i>Listar os principais achados do estudo, destacando sua relevância e implicações.</i>
<b>LIMITAÇÕES DO ESTUDO</b>
<i>Identificar possíveis fragilidades ou restrições da pesquisa, como tamanho da amostra, dificuldades metodológicas ou falta de dados estatísticos.</i>
<b>CONTRIBUIÇÕES PARA MINHA PESQUISA</b>
<i>Refletir sobre como o estudo analisado pode enriquecer a pesquisa de mestrado, seja no aporte teórico, metodológico ou na identificação de lacunas.</i>
<b>CONTEXTO DA PESQUISA</b>
<i>Detalhar em que cenário a pesquisa foi realizada, incluindo o problema investigado, o público-alvo e a justificativa do estudo</i>

<b>EIXOS DE ANÁLISE</b>
Relação família-escola: _____ Escolha escolar e segmentação social: _____ Acesso e desigualdade educacional: _____ Políticas públicas e gestão educacional: _____

## PRINCIPAIS CITAÇÕES TEÓRICAS UTILIZADAS NO ESTUDO

Listar os autores e conceitos teóricos mais relevantes abordados no estudo.

### PRINCIPAIS AUTORES

Adriana Friedmann	Edgar Morin	Maria Teresa Alves
Agnes Van-Zanten	Emília Ferreiro	Marilena Chauí
Alda Junqueira Marin	Fúlvia Rosemberg	Marta Kohl de Oliveira
Alfredo Bosi	François Dubet	Michel Apple
Alicia Fernández	François de Singly	Miguel Arroyo
Ana Maria F. de Almeida	Gewirtz & Bowe	Mikhail Bakhtin
André Lemos	Henri Wallon	Moacir Gadotti
Antônio Flávio Moreira	István Mészáros	Nélio Bizzo
Antônio Gramsci	Jean Piaget	Norbert Elias
Antônio Nóvoa	Jean-Claude Forquin	Paulo Freire
Bakhtin, M. M.	Jean-Pierre Terrail	Philippe Ariès
Basil Bernstein	José Gimeno Sacristán	Philippe Perrenoud
Bernard Charlot	Lev Vygotsky	Pierre Bourdieu
Bernard Lahire	Luiz Antônio Cunha	Sandra Ziegler
Boaventura de S. Santos	Mairce da Silva Araújo	Sonia Kramer
Christian Bellei	Manuel Alejandro Giovine	Stephen Ball
Cléopâtre Montandon	Manuel Castells	Victor Orellana
Danilo Martuccelli	Manuel Canales	Yves de La Taille
David Harvey	Marcia Ribeiro	Outros: _____

### PALAVRAS-CHAVE

Acesso à educação	Direitos da infância	Hegemonia
Acesso e desigualdade educacional	Direito à educação	Inclusão social
Acesso e permanência	Diversidade e inclusão	Infâncias e políticas públicas
Acompanhamento familiar	Educação bilíngue	Interação família-escola
Ação educativa	Educação das elites	Mercado escolar
Autonomia escolar	Educação em tempo integral	Participação parental
Brincadeira na educação infantil	Educação infantil	Participação social
Capital cultural	Ensino público	Pedagogia crítica
Cidadania	Equidade educacional	Políticas educacionais
Cidadania e educação	Escolha escolar	Práticas pedagógicas
Crítérios de matrícula	Estratégias educativas	Qualidade na educação infantil
Currículo escolar	Família e escola	Redes sociais
Desigualdade educacional	Formação docente	Relação escola-família
	Gestão educacional	Segmentação social

## Apêndice C: Fontes identificadas (fichamento)

<b>IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO</b>
<p><b>Título:</b> A OPÇÃO PELA EDUCAÇÃO INFANTIL BÍLINGUE POR FAMÍLIAS DE BELO HORIZONTE: PERFIL SOCIAL E MOTIVAÇÕES</p> <p><b>Autoria:</b> João Eduardo Quadros</p> <p><b>Ano de publicação:</b> 2013</p> <p><b>Nome da instituição responsável pela publicação:</b> Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</p>
<b>TIPO DE DOCUMENTO</b>
<p><input type="checkbox"/> Artigo Científico    <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação de Mestrado    <input type="checkbox"/> Tese de Doutorado</p> <p><input type="checkbox"/> Outro: _____</p>
<b>TIPO DE PESQUISA</b>
<p><input checked="" type="checkbox"/> Bibliográfica    <input checked="" type="checkbox"/> Documental    <input type="checkbox"/> Estudo de Caso    <input type="checkbox"/> Experimental    <input type="checkbox"/> Mista</p> <p><input type="checkbox"/> Exploratória    <input type="checkbox"/> Pesquisa Etnográfica    <input checked="" type="checkbox"/> Qualitativa    <input type="checkbox"/> Quantitativa</p> <p><input type="checkbox"/> Outro: _____</p>
<b>LOCAL DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO</b>
<p><b>Cidade:</b> Belo Horizonte</p> <p><b>Estado:</b> Minas Gerais</p> <p><b>País:</b> Brasil</p>
<b>TIPO DE INSTITUIÇÃO ESTUDADA</b>
<p><input checked="" type="checkbox"/> Rede Privada    <input type="checkbox"/> Rede Pública</p> <p><input type="checkbox"/> Educação Conveniada    <input type="checkbox"/> Educação Filantrópica</p> <p><input type="checkbox"/> Outro: _____</p>
<b>LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA</b>
<p><input checked="" type="checkbox"/> Zona Urbana    <input type="checkbox"/> Zona Rural    <input type="checkbox"/> Ambas</p>
<b>REGIÃO DA PESQUISA</b>
<p><input type="checkbox"/> Norte    <input type="checkbox"/> Nordeste    <input type="checkbox"/> Centro-Oeste    <input checked="" type="checkbox"/> Sudeste    <input type="checkbox"/> Sul</p> <p><input type="checkbox"/> Abrangência Nacional</p>
<b>RESUMO DO ESTUDO</b>
<p>A pesquisa analisa a intensificação da procura por escolas de Educação Infantil bilíngue em Belo Horizonte, buscando entender a relação entre o perfil social das famílias e suas estratégias de escolarização. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com pais, professores e diretores de três escolas bilíngues. Os resultados indicam que as famílias que optam por essas instituições possuem maior volume de capital cultural internacional e valorizam a formação global para seus filhos. Algumas famílias escolhem as escolas bilíngues por motivações pedagógicas e culturais, enquanto outras o fazem por razões pragmáticas, como status social e oportunidades futuras. A pesquisa conclui que a escolha por uma educação bilíngue está associada à reprodução de privilégios e à busca por inserção em redes de sociabilidade internacionalizadas.</p>
<b>METODOLOGIA</b>
<p>Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 28 pais e/ou mães e 12 profissionais da educação (professores, coordenadores e diretores) de três escolas que oferecem Educação Infantil bilíngue em Belo Horizonte. Os dados coletados incluíram informações socioeconômicas e culturais, além das razões para a escolha dessas instituições. A análise foi fundamentada em teorias sobre escolha escolar, capital cultural internacional e internacionalização da educação.</p>
<b>OBJETIVO DO ESTUDO</b>
<p>Levantar o perfil socioeconômico e sociocultural das famílias que optam por escolas de Educação Infantil bilíngue em Belo Horizonte e examinar as motivações que influenciam essa escolha.</p>
<b>PRINCIPAIS CONCLUSÕES</b>
<p>As famílias que escolhem escolas bilíngues tendem a possuir alto capital cultural e econômico.</p> <p>A motivação para essa escolha varia entre fatores pedagógicos (qualidade da educação, ensino de línguas) e fatores pragmáticos (status, redes de sociabilidade).</p> <p>A escolha da Educação Infantil bilíngue reflete estratégias de diferenciação social e acumulação de capital cultural internacional.</p> <p>Escolas bilíngues atraem famílias que desejam preparar os filhos para um mercado globalizado, reforçando a segmentação educacional.</p>
<b>LIMITAÇÕES DO ESTUDO</b>
<p>Amostra restrita a três escolas de Belo Horizonte, não representando a totalidade das escolas bilíngues do Brasil.</p> <p>Dificuldade de acesso a todas as instituições e perfis familiares, limitando a diversidade dos dados coletados.</p> <p>Possibilidade de viés nas respostas dos participantes, especialmente em relação a motivações subjetivas.</p>
<b>CONTRIBUIÇÕES PARA MINHA PESQUISA</b>

Amplia a compreensão das estratégias familiares na escolha da Educação Infantil bilíngue. Contribui para a análise das desigualdades educacionais e da segmentação entre escolas públicas e privadas. Oferece subsídios teóricos para o debate sobre capital cultural e estratégias educacionais nas classes médias e altas.

### CONTEXTO DA PESQUISA

Investigação sobre as razões que levam famílias socialmente favorecidas a optar por escolas de Educação Infantil bilíngue em Belo Horizonte, considerando a relação entre posição social e estratégias de escolarização.

### EIXOS DE ANÁLISE

Escolha escolar e segmentação social

### PRINCIPAIS CITAÇÕES TEÓRICAS UTILIZADAS NO ESTUDO

Pierre Bourdieu (2008) sobre capital cultural e reprodução das desigualdades sociais  
 Weenink (2005, 2008) sobre capital cosmopolita e estratégias educacionais de internacionalização  
 Wagner (1998, 2002) sobre redes de sociabilidade internacionais e educação bilíngue  
 Ball, Gerwitz e Bowe (1995) sobre escolha escolar e influência do capital social  
 Mackenzie (2010) sobre fatores que influenciam a escolha de escolas internacionais

### PRINCIPAIS AUTORES

Adriana Friedmann	Edgar Morin	Maria Teresa Alves
Agnes Van-Zanten	Emília Ferreiro	Marilena Chauí
Alda Junqueira Marin	Fúlvia Rosemberg	Marta Kohl de Oliveira
Alfredo Bosi	<b>François Dubet</b>	Michel Apple
Alicia Fernández	François de Singly	Miguel Arroyo
Ana Maria F. de Almeida	Gewirtz & Bowe	Mikhail Bakhtin
André Lemos	Henri Wallon	Moacir Gadotti
Antônio Flávio Moreira	István Mészáros	Nélio Bizzo
Antônio Gramsci	Jean Piaget	Norbert Elias
Antônio Nóvoa	Jean-Claude Forquin	Paulo Freire
Bakhtin, M. M.	Jean-Pierre Terrail	Philippe Ariès
Basil Bernstein	José Gimeno Sacristán	<b>Philippe Perrenoud</b>
Bernard Charlot	Lev Vygotsky	<b>Pierre Bourdieu</b>
Bernard Lahire	Luiz Antônio Cunha	Sandra Ziegler
<b>Boaventura de S. Santos</b>	Mairce da Silva Araújo	<b>Sonia Kramer</b>
Christian Bellei	Manuel Alejandro Giovine	Stephen Ball
Cléopâtre Montandon	Manuel Castells	Victor Orellana
Danilo Martuccelli	Manuel Canales	Yves de La Taille
David Harvey	Marcia Ribeiro	Outros:

### PALAVRAS-CHAVE

Acesso à educação	Direitos da infância	Hegemonia
Acesso e desigualdade educacional	Direito à educação	Inclusão social
Acesso e permanência	Diversidade e inclusão	Infâncias e políticas públicas
Acompanhamento familiar	<b>Educação bilíngue</b>	Interação família-escola
Ação educativa	Educação das elites	Mercado escolar
Autonomia escolar	Educação em tempo integral	Participação parental
Brincadeira na educação infantil	<b>Educação infantil</b>	Participação social
<b>Capital cultural</b>	Ensino público	Pedagogia crítica
Cidadania	Equidade educacional	Políticas educacionais
Cidadania e educação	<b>Escolha escolar</b>	Práticas pedagógicas
Critérios de matrícula	Estratégias educativas	Qualidade na educação infantil
Currículo escolar	Família e escola	Redes sociais
Desigualdade educacional	Formação docente	Relação escola-família
	Gestão educacional	<b>Segmentação social</b>

<b>IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO</b>
Título: FAMÍLIAS DE CLASSE MÉDIA E ESCOLAS PRIVADAS DE SÃO LUÍS (MA): DA ESCOLHA DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO À REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE
Autoria: Leandro Augusto dos Remédios Costa
Ano de publicação: 2023
Nome da instituição responsável pela publicação: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
<b>TIPO DE DOCUMENTO</b>
<input type="checkbox"/> Artigo Científico <input type="checkbox"/> Dissertação de Mestrado <input checked="" type="checkbox"/> Tese de Doutorado <input type="checkbox"/> Outro: _____
<b>TIPO DE PESQUISA</b>
<input checked="" type="checkbox"/> Bibliográfica <input checked="" type="checkbox"/> Documental <input checked="" type="checkbox"/> Estudo de Caso <input type="checkbox"/> Experimental <input type="checkbox"/> Mista <input type="checkbox"/> Exploratória <input type="checkbox"/> Pesquisa Etnográfica <input checked="" type="checkbox"/> Qualitativa <input type="checkbox"/> Quantitativa <input type="checkbox"/> Outro: _____
<b>LOCAL DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO</b>
Cidade: São Luís Estado: Maranhão País: Brasil
<b>TIPO DE INSTITUIÇÃO ESTUDADA</b>
<input checked="" type="checkbox"/> Rede Privada <input type="checkbox"/> Rede Pública <input type="checkbox"/> Educação Conveniada <input type="checkbox"/> Educação Filantrópica <input type="checkbox"/> Outro: _____
<b>LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA</b>
<input checked="" type="checkbox"/> Zona Urbana <input type="checkbox"/> Zona Rural <input type="checkbox"/> Ambas
<b>REGIÃO DA PESQUISA</b>
<input type="checkbox"/> Norte <input checked="" type="checkbox"/> Nordeste <input type="checkbox"/> Centro-Oeste <input type="checkbox"/> Sudeste <input type="checkbox"/> Sul <input type="checkbox"/> Abrangência Nacional

<b>RESUMO DO ESTUDO</b>
A tese investiga a escolha das escolas privadas por famílias de classe média em São Luís (MA), explorando como essas decisões se relacionam com a reprodução da desigualdade educacional e social. A pesquisa baseou-se em entrevistas com pais e mães de alunos matriculados em duas escolas privadas de alto custo, além da análise de dados estatísticos e teóricos sobre classes médias e educação no Brasil. Os resultados indicam que as famílias valorizam aspectos como o perfil social dos alunos, a reputação das escolas e as redes de contatos que podem ser estabelecidas. Além disso, as escolas exercem um papel ativo na seleção de seus alunos, estabelecendo critérios de entrada que reforçam a segregação social. A pesquisa conclui que a escolha escolar não se dá apenas por fatores pedagógicos, mas também por estratégias de distinção social e reprodução de privilégios.
<b>METODOLOGIA</b>
A pesquisa utilizou um estudo de caso qualitativo baseado em entrevistas semiestruturadas com pais e mães de alunos matriculados em duas escolas privadas de alto custo em São Luís (MA). Além das entrevistas, foram analisadas estatísticas sobre classes médias, arranjos familiares e a educação brasileira, além de um levantamento teórico sobre as relações entre família e escola e a escolha escolar.
<b>OBJETIVO DO ESTUDO</b>
Analisar os critérios utilizados pelas famílias de classe média na escolha de escolas privadas de alto custo em São Luís (MA), identificando suas estratégias de escolarização e o papel das instituições escolares na reprodução das desigualdades sociais.
<b>PRINCIPAIS CONCLUSÕES</b>
A escolha da escola por famílias de classe média está ligada a fatores sociais e culturais, além da qualidade pedagógica. As escolas privadas estabelecem critérios seletivos que reforçam a segregação social e a reprodução de privilégios. O capital cultural e social das famílias influencia diretamente a escolha da escola e a trajetória educacional dos filhos. O processo de escolha da escola envolve redes de contatos e estratégias familiares de distinção e manutenção de status social.
<b>LIMITAÇÕES DO ESTUDO</b>
A pesquisa se concentrou em duas escolas privadas específicas, não abrangendo toda a diversidade do ensino privado em São Luís. As entrevistas refletem as percepções das famílias, podendo haver vieses nas respostas. A análise se baseia em dados qualitativos, sem um levantamento quantitativo mais amplo sobre o impacto das escolhas escolares na mobilidade social.

## CONTRIBUIÇÕES PARA MINHA PESQUISA

Fornecer uma análise aprofundada sobre a escolha da escola como estratégia de reprodução social. Ampliar a compreensão sobre o papel das escolas privadas na segmentação educacional e social. Contribuir para o debate sobre diferenças estruturais entre escolas públicas e privadas e suas implicações na desigualdade educacional.

## CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa investiga as relações entre famílias de classe média e escolas privadas em São Luís (MA), analisando os critérios que norteiam a escolha dos estabelecimentos de ensino e o papel das escolas na reprodução da desigualdade social.

## EIXOS DE ANÁLISE

Escolha escolar e segmentação social

## PRINCIPAIS CITAÇÕES TEÓRICAS UTILIZADAS NO ESTUDO

Pierre Bourdieu (1998) sobre reprodução social e capital cultural  
François Dubet (1998) sobre socialização e subjetivação na escola  
Philippe Perrenoud (2001) sobre a influência da escola na organização da vida familiar  
Bernard Lahire (2011) sobre cultura escrita e transmissão de capital cultural  
Agnes Van Zanten (1996) sobre a escolha da escola e os valores das classes médias  
Ana Maria Fonseca de Almeida (2009) sobre escolas de elite e escolarização das elites

## PRINCIPAIS AUTORES

Adriana Friedmann <b>Agnes Van-Zanten</b> Alda Junqueira Marin Alfredo Bosi Alicia Fernández <b>Ana Maria F. de Almeida</b> André Lemos Antônio Flávio Moreira Antônio Gramsci Antônio Nóvoa Bakhtin, M. M. Basil Bernstein Bernard Charlot <b>Bernard Lahire</b> Boaventura de S. Santos Christian Bellei Cléopâtre Montandon Danilo Martuccelli David Harvey	Edgar Morin Emília Ferreira Fúlvia Rosemberg <b>François Dubet</b> François de Singly Gewirtz & Bowe Henri Wallon István Mészáros Jean Piaget Jean-Claude Forquin Jean-Pierre Terrail José Gimeno Sacristán Lev Vygotsky Luiz Antônio Cunha Mairce da Silva Araújo Manuel Alejandro Giovine Manuel Castells Manuel Canales Marcia Ribeiro	Maria Teresa Alves Marilena Chauí Marta Kohl de Oliveira Michel Apple Miguel Arroyo Mikhail Bakhtin Moacir Gadotti Nélio Bizzo Norbert Elias Paulo Freire Philippe Ariès <b>Philippe Perrenoud</b> <b>Pierre Bourdieu</b> Sandra Ziegler Sonia Kramer Stephen Ball Victor Orellana Yves de La Taille Outros:
--	---	--

## PALAVRAS-CHAVE

Acesso à educação <b>Acesso e desigualdade educacional</b> Acesso e permanência Acompanhamento familiar Ação educativa Autonomia escolar Brincadeira na educação infantil <b>Capital cultural</b> Cidadania Cidadania e educação Critérios de matrícula Currículo escolar Desigualdade educacional	Direitos da infância Direito à educação Diversidade e inclusão Educação bilíngue Educação das elites Educação em tempo integral Educação infantil Ensino público Equidade educacional <b>Escolha escolar</b> Estratégias educativas <b>Família e escola</b> Formação docente Gestão educacional	Hegemonia Inclusão social Infâncias e políticas públicas Interação família-escola Mercado escolar Participação parental Participação social Pedagogia crítica Políticas educacionais Práticas pedagógicas Qualidade na educação infantil Redes sociais Relação escola-família <b>Segmentação social</b>
--	--	--

<b>IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO</b>
Título: AS EXPECTATIVAS DAS FAMÍLIAS DE ELITE ACERCA DO PAPEL DA ESCOLA: ALGUMAS APROXIMAÇÕES
Autoria: Gabriela Bernardes Makishi Dias
Ano de publicação: 2021
Nome da instituição responsável pela publicação: Universidade de São Paulo (USP)
<b>TIPO DE DOCUMENTO</b>
<input type="checkbox"/> Artigo Científico <input type="checkbox"/> Dissertação de Mestrado <input checked="" type="checkbox"/> Tese de Doutorado <input type="checkbox"/> Outro:
<b>TIPO DE PESQUISA</b>
<input checked="" type="checkbox"/> Bibliográfica <input type="checkbox"/> Documental <input checked="" type="checkbox"/> Estudo de Caso <input type="checkbox"/> Experimental <input type="checkbox"/> Mista <input type="checkbox"/> Exploratória <input type="checkbox"/> Pesquisa Etnográfica <input checked="" type="checkbox"/> Qualitativa <input type="checkbox"/> Quantitativa <input type="checkbox"/> Outro:
<b>LOCAL DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO</b>
Cidade: São Paulo Estado: São Paulo País: Brasil
<b>TIPO DE INSTITUIÇÃO ESTUDADA</b>
<input checked="" type="checkbox"/> Rede Privada <input type="checkbox"/> Rede Pública <input type="checkbox"/> Educação Conveniada <input type="checkbox"/> Educação Filantrópica <input type="checkbox"/> Outro:
<b>LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA</b>
<input checked="" type="checkbox"/> Zona Urbana <input type="checkbox"/> Zona Rural <input type="checkbox"/> Ambas
<b>REGIÃO DA PESQUISA</b>
<input type="checkbox"/> Norte <input type="checkbox"/> Nordeste <input type="checkbox"/> Centro-Oeste <input checked="" type="checkbox"/> Sudeste <input type="checkbox"/> Sul <input type="checkbox"/> Abrangência Nacional

<b>RESUMO DO ESTUDO</b>
A pesquisa analisou como famílias da elite econômica escolhem as escolas privadas para seus filhos e quais expectativas depositam nelas. O estudo focou uma escola privada da zona sul de São Paulo, entre 2013 e 2019, e utilizou questionários aplicados pela escola, entrevistas com coordenadoras e observação de reuniões institucionais. Os resultados indicam um descompasso significativo entre o que os pais esperam da escola e o que a instituição entende como seu papel. Enquanto os pais enfatizam a formação acadêmica e o status social proporcionado pela escola, a instituição tenta equilibrar essas demandas com um discurso pedagógico centrado na construção da autonomia e do pensamento crítico. Além disso, muitos pais esperam que a escola assuma responsabilidades tradicionalmente familiares, como a formação de valores morais e disciplinares, gerando tensões no relacionamento entre escola e família.
<b>METODOLOGIA</b>
A pesquisa utilizou um estudo de caso qualitativo, combinando análise de questionários aplicados por uma escola privada de elite na zona sul de São Paulo, entrevistas semiestruturadas com coordenadoras escolares e observação de reuniões de apresentação da instituição. Os dados foram sistematizados e analisados por meio de gráficos e interpretação qualitativa.
<b>OBJETIVO DO ESTUDO</b>
Analisar como as famílias da elite econômica escolhem as escolas para seus filhos e quais são suas expectativas em relação ao papel da escola na educação de seus filhos, comparando-as com as percepções da própria instituição.
<b>PRINCIPAIS CONCLUSÕES</b>
Há um descompasso entre as expectativas das famílias e o que a escola propõe como seu papel educativo. As famílias da elite utilizam a escola como estratégia de distinção social e de manutenção de privilégios. As expectativas familiares sobre a escola incluem a formação acadêmica, moral e social dos filhos, ultrapassando a função pedagógica da instituição. O mercado escolar privado reforça a segmentação educacional, dificultando a democratização do acesso a uma educação de qualidade. A escola busca equilibrar as demandas das famílias com seu projeto pedagógico, mas enfrenta dificuldades diante da pressão parental.
<b>LIMITAÇÕES DO ESTUDO</b>
O estudo se restringe a uma única instituição, o que limita a generalização dos resultados para outras escolas privadas de elite. A análise se baseia em dados coletados entre 2013 e 2019, podendo haver mudanças nas expectativas das famílias após esse período. A pesquisa não inclui a perspectiva dos alunos, que poderiam trazer novas dimensões sobre o impacto das expectativas familiares na experiência escolar.

## CONTRIBUIÇÕES PARA MINHA PESQUISA

Contribui para a análise da relação entre famílias de elite e escolas privadas, abordando a escolarização como estratégia de distinção social.  
Fornece elementos para discutir o papel da escola na reprodução das desigualdades educacionais entre os setores público e privado.  
Amplia a compreensão das expectativas parentais e suas implicações para a gestão escolar e o mercado educacional.

## CONTEXTO DA PESQUISA

O estudo investiga a escolha da escola e as expectativas que famílias da elite econômica depositam na instituição escolar, verificando possíveis descompassos entre o que os pais esperam e o que a escola se propõe a oferecer.

## EIXOS DE ANÁLISE

Relação família-escola

## PRINCIPAIS CITAÇÕES TEÓRICAS UTILIZADAS NO ESTUDO

Pierre Bourdieu (1998) sobre capital cultural e reprodução social  
François Dubet (1998) sobre desigualdade educacional  
Philippe Perrenoud (2001) sobre expectativas familiares e escolarização  
Agnès Van Zanten (1996) sobre segmentação educacional e estratégias escolares das elites  
Bernard Lahire (2011) sobre habitus familiar e trajetória escolar

## PRINCIPAIS AUTORES

Adriana Friedmann <b>Agnes Van-Zanten</b> Alda Junqueira Marin Alfredo Bosi Alicia Fernández Ana Maria F. de Almeida André Lemos Antônio Flávio Moreira Antônio Gramsci Antônio Nóvoa Bakhtin, M. M. Basil Bernstein Bernard Charlot <b>Bernard Lahire</b> <b>Boaventura de S. Santos</b> Christian Bellei Cléopâtre Montandon Danilo Martuccelli David Harvey	Edgar Morin Emília Ferreiro Fúlvia Rosemberg <b>François Dubet</b> François de Singly Gewirtz & Bowe Henri Wallon István Mészáros Jean Piaget Jean-Claude Forquin Jean-Pierre Terrail José Gimeno Sacristán Lev Vygotsky Luiz Antônio Cunha Mairce da Silva Araújo Manuel Alejandro Giovine Manuel Castells Manuel Canales Marcia Ribeiro	Maria Teresa Alves Marilena Chauí Marta Kohl de Oliveira Michel Apple Miguel Arroyo Mikhail Bakhtin Moacir Gadotti Nélio Bizzo Norbert Elias Paulo Freire Philippe Ariès <b>Philippe Perrenoud</b> <b>Pierre Bourdieu</b> Sandra Ziegler Sonia Kramer Stephen Ball Victor Orellana Yves de La Taille Outros:
--	---	--

## PALAVRAS-CHAVE

Acesso à educação Acesso e desigualdade educacional Acesso e permanência Acompanhamento familiar Ação educativa Autonomia escolar Brincadeira na educação infantil Capital cultural Cidadania Cidadania e educação Critérios de matrícula Currículo escolar Desigualdade educacional	Direitos da infância Direito à educação Diversidade e inclusão Educação bilíngue <b>Educação das elites</b> Educação em tempo integral Educação infantil Ensino público Equidade educacional <b>Escolha escolar</b> Estratégias educativas Família e escola Formação docente Gestão educacional	Hegemonia Inclusão social Infâncias e políticas públicas Interação família-escola <b>Mercado escolar</b> Participação parental Participação social Pedagogia crítica Políticas educacionais Práticas pedagógicas Qualidade na educação infantil Redes sociais <b>Relação escola-família</b> <b>Segmentação social</b>
--	--	--

<b>IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO</b>
Título: SENTIDOS DE CIDADANIA A PARTIR DO DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL: COM A PALAVRA, OS FAMILIARES DAS CRIANÇAS
Autoria: Fabiana Nery de Lima Pessanha
Ano de publicação: 2017
Nome da instituição responsável pela publicação: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
<b>TIPO DE DOCUMENTO</b>
( ) Artigo Científico ( x ) Dissertação de Mestrado ( ) Tese de Doutorado ( ) Outro:
<b>TIPO DE PESQUISA</b>
( x ) Bibliográfica ( ) Documental ( ) Estudo de Caso ( ) Experimental ( ) Mista ( ) Exploratória ( ) Pesquisa Etnográfica ( x ) Qualitativa ( ) Quantitativa ( ) Outro:
<b>LOCAL DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO</b>
Cidade: Maricá/ Estado: Rio de Janeiro/ País: Brasil
<b>TIPO DE INSTITUIÇÃO ESTUDADA</b>
( ) Rede Privada ( x ) Rede Pública ( ) Educação Conveniada ( ) Educação Filantrópica ( ) Outro:
<b>LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA</b>
( x ) Zona Urbana ( ) Zona Rural ( ) Ambas
<b>REGIÃO DA PESQUISA</b>
( ) Norte ( ) Nordeste ( ) Centro-Oeste ( x ) Sudeste ( ) Sul ( ) Abrangência Nacional

<b>RESUMO DO ESTUDO</b>
A pesquisa analisa como os familiares das crianças interpretam e constroem significados sobre cidadania a partir do direito à Educação Infantil, considerando suas experiências e expectativas em relação à escolarização dos filhos. A análise foi realizada com base em entrevistas e documentos educacionais do município. Os resultados indicam que os familiares veem a escola como um direito fundamental, mas enfrentam desafios como falta de vagas e dificuldades no diálogo com as instituições educacionais. A pesquisa destaca a importância da escuta ativa das famílias e do reconhecimento de suas vozes na formulação de políticas educacionais mais inclusivas e democráticas.
<b>METODOLOGIA</b>
A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, baseada em análise documental e entrevistas com familiares de crianças matriculadas na Educação Infantil de uma escola municipal em Maricá, Rio de Janeiro. Os discursos dos familiares foram analisados à luz da teoria crítica e do referencial bakhtiniano sobre dialogismo e construção de sentidos sociais.
<b>OBJETIVO DO ESTUDO</b>
Investigar os sentidos de cidadania construídos por familiares de crianças a partir da garantia do direito à Educação Infantil, analisando como percebem e vivenciam esse direito no contexto de uma escola municipal em Maricá, RJ.
<b>PRINCIPAIS CONCLUSÕES</b>
Os familiares das crianças reconhecem a escola como um direito essencial, mas enfrentam desafios como insuficiência de vagas e desigualdade no acesso. O conceito de cidadania construído pelas famílias envolve tanto direitos quanto deveres, incluindo a participação ativa na vida escolar dos filhos. Há um descompasso entre os discursos jurídicos sobre cidadania e a realidade vivenciada pelas famílias no cotidiano escolar. A escuta dos familiares e a valorização de seus discursos são fundamentais para uma gestão educacional mais democrática e participativa.
<b>LIMITAÇÕES DO ESTUDO</b>
A pesquisa se restringiu a um grupo específico de famílias em uma escola municipal de Maricá, não abrangendo a diversidade de experiências em diferentes contextos. A análise se baseia em uma abordagem qualitativa, sem levantamento quantitativo sobre o impacto das políticas educacionais na Educação Infantil do município. A dificuldade de acesso a alguns documentos oficiais pode ter limitado a compreensão total das políticas educacionais locais.
<b>CONTRIBUIÇÕES PARA MINHA PESQUISA</b>
Fornecer um olhar aprofundado sobre como as famílias percebem o direito à Educação Infantil e seus desafios.

Contribui para o debate sobre a relação entre cidadania e escolarização na primeira infância. Oferece subsídios teóricos e metodológicos para a análise da participação familiar na gestão educacional e nas políticas públicas.

### CONTEXTO DA PESQUISA

O estudo investiga os sentidos de cidadania construídos por familiares de crianças a partir do direito à Educação Infantil, considerando as condições de acesso e as políticas educacionais do município de Maricá, RJ.

### EIXOS DE ANÁLISE

Relação família-escola

### PRINCIPAIS CITAÇÕES TEÓRICAS UTILIZADAS NO ESTUDO

Mikhail Bakhtin (2014) sobre dialogismo e construção de sentidos sociais  
 Marilena Chauí (2000, 2014) sobre ideologia e autoritarismo na sociedade brasileira  
 Paulo Freire (1987) sobre educação emancipatória e participação social  
 Fúlvia Rosemberg (1995) sobre políticas públicas para a Educação Infantil e desigualdade social  
 Pierre Bourdieu (1998) sobre capital cultural e reprodução das desigualdades sociais

### PRINCIPAIS AUTORES

Adriana Friedmann	Edgar Morin	Maria Teresa Alves
Agnes Van-Zanten	Emília Ferreiro	<b>Marilena Chauí</b>
Alda Junqueira Marin	<b>Fúlvia Rosemberg</b>	Marta Kohl de Oliveira
Alfredo Bosi	François Dubet	Michel Apple
Alicia Fernández	François de Singly	Miguel Arroyo
Ana Maria F. de Almeida	Gewirtz & Bowe	<b>Mikhail Bakhtin</b>
André Lemos	Henri Wallon	Moacir Gadotti
Antônio Flávio Moreira	István Mészáros	Nélio Bizzo
Antônio Gramsci	Jean Piaget	Norbert Elias
Antônio Nóvoa	Jean-Claude Forquin	<b>Paulo Freire</b>
Bakhtin, M. M.	Jean-Pierre Terrail	Philippe Ariès
Basil Bernstein	José Gimeno Sacristán	Philippe Perrenoud
Bernard Charlot	Lev Vygotsky	<b>Pierre Bourdieu</b>
Bernard Lahire	Luiz Antônio Cunha	Sandra Ziegler
Boaventura de S. Santos	Mairce da Silva Araújo	Sonia Kramer
Christian Bellei	Manuel Alejandro Giovine	Stephen Ball
Cléopâtre Montandon	Manuel Castells	Victor Orellana
Danilo Martuccelli	Manuel Canales	Yves de La Taille
David Harvey	Marcia Ribeiro	Outros: _____

### PALAVRAS-CHAVE

Acesso à educação	Direitos da infância	Hegemonia
Acesso e desigualdade educacional	<b>Direito à educação</b>	Inclusão social
Acesso e permanência	Diversidade e inclusão	Infâncias e políticas públicas
Acompanhamento familiar	Educação bilíngue	Interação família-escola
Ação educativa	Educação das elites	Mercado escolar
Autonomia escolar	Educação em tempo integral	Participação parental
Brincadeira na educação infantil	<b>Educação infantil</b>	<b>Participação social</b>
Capital cultural	Ensino público	Pedagogia crítica
<b>Cidadania</b>	Equidade educacional	Políticas educacionais
Cidadania e educação	Escolha escolar	Práticas pedagógicas
Crítérios de matrícula	Estratégias educativas	Qualidade na educação infantil
Currículo escolar	Família e escola	Redes sociais
Desigualdade educacional	Formação docente	<b>Relação escola-família</b>
	Gestão educacional	Segmentação social

<b>IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO</b>
Título: A EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL E OS CRITÉRIOS PREDOMINANTES DE MATRÍCULA NAS CAPITAIS BRASILEIRAS
Autoria: Kalinca Costa Pinto das Neves Ano de publicação: 2021 Nome da instituição responsável pela publicação: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
<b>TIPO DE DOCUMENTO</b>
<input type="checkbox"/> Artigo Científico <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação de Mestrado <input type="checkbox"/> Tese de Doutorado <input type="checkbox"/> Outro: _____
<b>TIPO DE PESQUISA</b>
<input checked="" type="checkbox"/> Bibliográfica <input checked="" type="checkbox"/> Documental <input type="checkbox"/> Estudo de Caso <input type="checkbox"/> Experimental <input type="checkbox"/> Mista <input checked="" type="checkbox"/> Exploratória <input type="checkbox"/> Pesquisa Etnográfica <input checked="" type="checkbox"/> Qualitativa <input type="checkbox"/> Quantitativa <input type="checkbox"/> Outro: _____
<b>LOCAL DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO</b>
Capitais brasileiras (diversas cidades)/ País: Brasil
<b>TIPO DE INSTITUIÇÃO ESTUDADA</b>
<input type="checkbox"/> Rede Privada <input checked="" type="checkbox"/> Rede Pública <input type="checkbox"/> Educação Conveniada <input type="checkbox"/> Educação Filantrópica <input type="checkbox"/> Outro: _____
<b>LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA</b>
<input checked="" type="checkbox"/> Zona Urbana <input type="checkbox"/> Zona Rural <input type="checkbox"/> Ambas
<b>REGIÃO DA PESQUISA</b>
<input type="checkbox"/> Norte <input type="checkbox"/> Nordeste <input type="checkbox"/> Centro-Oeste <input type="checkbox"/> Sudeste <input type="checkbox"/> Sul <input checked="" type="checkbox"/> Abrangência Nacional

<b>RESUMO DO ESTUDO</b>
O estudo investiga os critérios de seleção utilizados para acesso à educação infantil em tempo integral nas capitais brasileiras, problematizando sua relação com a educação como um direito público e subjetivo. A pesquisa é de caráter exploratório e qualitativo, utilizando análise documental e revisão bibliográfica. Foram coletados documentos oficiais das Secretarias Municipais de Educação e analisados critérios de matrícula. O estudo identificou que, na maioria das capitais, há critérios seletivos baseados em aspectos socioeconômicos, especialmente a vinculação das famílias a programas de transferência de renda e condições de saúde da criança e dos familiares. Conclui-se que, apesar do direito constitucional à educação infantil em tempo integral, a aplicação de critérios seletivos expõe a insuficiência do Estado na efetivação desse direito.
<b>METODOLOGIA</b>
Estudo exploratório de caráter qualitativo, com coleta de dados por meio da análise de documentos oficiais das Secretarias Municipais de Educação das capitais brasileiras e revisão bibliográfica. Foi utilizado o software NVivo para organização dos critérios de seleção conforme sua recorrência no texto.
<b>OBJETIVO DO ESTUDO</b>
Analisar os critérios de seleção estabelecidos para acesso à educação infantil em tempo integral nas capitais brasileiras e sua relação com o direito à educação como um direito público e subjetivo.
<b>PRINCIPAIS CONCLUSÕES</b>
A oferta de educação infantil em tempo integral é insuficiente para atender à demanda. As capitais brasileiras aplicam critérios de seleção que priorizam crianças em vulnerabilidade social e econômica. A creche tem maior frequência de critérios seletivos em comparação à pré-escola. O Estado enfrenta dificuldades na garantia da educação infantil como um direito universal, aplicando políticas seletivas como forma de compensação social.
<b>LIMITAÇÕES DO ESTUDO</b>
Dificuldade na obtenção de respostas de todas as capitais brasileiras. Variedade de regulamentações municipais que dificultam a comparação direta entre as cidades. Acesso limitado a dados detalhados sobre o impacto das políticas de seleção na aprendizagem e desenvolvimento infantil.
<b>CONTRIBUIÇÕES PARA MINHA PESQUISA</b>
Fornecer um panorama da relação entre critérios seletivos e a educação infantil no Brasil. Aponta desafios na efetivação da educação infantil como direito universal. Oferece subsídios para a análise das diferenças estruturais entre educação pública e privada.
<b>CONTEXTO DA PESQUISA</b>
Investigação sobre a utilização de critérios seletivos para acesso à educação infantil em tempo integral nas capitais brasileiras e suas possíveis correlações com o direito à educação como um direito público e subjetivo.

## EIXOS DE ANÁLISE

Acesso e desigualdade educacional

## PRINCIPAIS CITAÇÕES TEÓRICAS UTILIZADAS NO ESTUDO

Araújo (2015) sobre critérios seletivos na educação infantil  
Rosemberg (2010) sobre educação infantil como direito social  
Boaventura de Sousa Santos sobre desigualdades estruturais na educação  
Pierre Bourdieu sobre capital cultural e reprodução das desigualdades  
Philippe Perrenoud sobre políticas públicas e exclusão educacional  
Sonia Kramer sobre educação infantil e direito à infância

## PRINCIPAIS AUTORES

Adriana Friedmann Agnes Van-Zanten Alda Junqueira Marin Alfredo Bosi Alicia Fernández Ana Maria F. de Almeida André Lemos Antônio Flávio Moreira Antônio Gramsci Antônio Nóvoa Bakhtin, M. M. Basil Bernstein Bernard Charlot Bernard Lahire <b>Boaventura de S. Santos</b> Christian Bellei Cléopâtre Montandon Danilo Martuccelli David Harvey	Edgar Morin Emília Ferreiro Fúlvia Rosemberg <b>François Dubet</b> François de Singly Gewirtz & Bowe Henri Wallon István Mészáros Jean Piaget Jean-Claude Forquin Jean-Pierre Terrail José Gimeno Sacristán Lev Vygotsky Luiz Antônio Cunha Mairce da Silva Araújo Manuel Alejandro Giovine Manuel Castells Manuel Canales Marcia Ribeiro	Maria Teresa Alves Marilena Chauí Marta Kohl de Oliveira Michel Apple Miguel Arroyo Mikhail Bakhtin Moacir Gadotti Nélio Bizzo Norbert Elias Paulo Freire Philippe Ariès <b>Philippe Perrenoud</b> <b>Pierre Bourdieu</b> Sandra Ziegler <b>Sonia Kramer</b> Stephen Ball Victor Orellana Yves de La Taille Outros:
--	---	---

## PALAVRAS-CHAVE

Acesso à educação Acesso e desigualdade educacional Acesso e permanência Acompanhamento familiar Ação educativa Autonomia escolar Brincadeira na educação infantil Capital cultural Cidadania Cidadania e educação <b>Crêterios de matrícula</b> Currículo escolar Desigualdade educacional	Direitos da infância <b>Direito à educação</b> Diversidade e inclusão Educação bilíngue Educação das elites Educação em tempo integral <b>Educação infantil</b> Ensino público Equidade educacional Escolha escolar Estratégias educativas Família e escola Formação docente Gestão educacional	Hegemonia <b>Inclusão social</b> Infâncias e políticas públicas Interação família-escola Mercado escolar Participação parental Participação social Pedagogia crítica <b>Políticas educacionais</b> Práticas pedagógicas Qualidade na educação infantil Redes sociais Relação escola-família Segmentação social
---	--	---